

Mina secreta, aríete forçoso: o livro na historicização da Guerra Holandesa (1625-1660)

Secret mine, forceful battering ram: The book in the historicizing of the Portuguese-Dutch War (1625-1660)

<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d3e32>

KLEBER CLEMENTINO¹

<https://orcid.org/0000-0001-7972-0008>

Universidade Federal Rural de Pernambuco / Recife, PE, Brasil

RESUMO: O presente artigo almeja a avaliar o que representou a introdução do livro, enquanto suporte físico de veiculação de narrativas, na historicização da Guerra Holandesa (1624-1654). Para tanto, examina os contextos de publicação de obras saídas dos prelos da Península Ibérica entre 1625 e 1660, alerta aos compromissos políticos e estratégias editoriais dos sujeitos envolvidos na tarefa. Toma como *parti pris* que a escolha de oferecer aos leitores um relato em panfleto avulso ou em livro *in quarto* ou *in folio* respondia a circunstâncias específicas e servia a métodos conscientes de visibilização de façanhas militares, em vista das recompensas socioeconômicas e culturais em disputa no Antigo Regime. Argumenta, ademais, que a escrita da história daquela guerra teve como enunciadores (em sentido lato), além da nobreza europeia, grupos pertencentes às elites ultramarinas. A análise se embasa em conceitos formulados pela historiografia sobre a materialidade do livro e sobre seu advento na Modernidade, bem como nos estudos acerca da Guerra Holandesa e sua historicização.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Holandesa. Escrita da história. Livro.

ABSTRACT: This article aims to assess what represented the introduction of the book as physical means of support to the diffusion of narratives in the historicizing of the Portuguese-Dutch War (1624-1654). To that end, it examines the contexts of publication of works printed in the Iberian Peninsula between 1625 and 1660, alert to the political commitments and editorial strategies of those involved in the task. It assumes as *parti pris* that the choice to offer readers a report in

1. Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Educação e doutor em História pela mesma instituição, com estágio doutoral na Universidade de Évora, Portugal. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: <kleber.clementino@ufrpe.br.>

a loose pamphlet or rather in a *quarto* or *folio* book responded to specific circumstances and served conscious methods in order to make military exploits visible, procuring the socioeconomic and cultural rewards in dispute in the Ancient Regime. Furthermore, it argues that the writing of the history of that war had as narrators (in the broad sense), besides the European nobility, groups belonging to overseas elites. The analysis is based on concepts formulated by the historiography focused on the materiality of books and its advent in the Modern epoch, as well as on the studies about the Portuguese-Dutch War and its historicizing.

KEYWORDS: Portuguese-Dutch war. Writing of history. Book.

INTRODUÇÃO

[...] Dalhe combates asperos, fazendo
Ardis de guerra mil o Mouro iroso,
Não lhe aproveita ja trabuco horrendo,
Mina secreta, ariete forçoso.
Porque o filho de Affonso não perdendo
Nada do esforço & acordo generoso,
Tudo provê com animo & prudencia,
Que em toda a parte ha esforço & resistencia.

[...]
E coa famosa gente a guerra usada
Vay socorrer o filho, & assi ajuntados
A Portuguesa furia costumada
Em breve os Mouros tem desbaratados.
A campina que toda estâ qualhada
De marlotas, capuzes variados,
De cavallos, jaezes, preza rica,
De seus senhores mortos cheya fica.

[...]
A quem lhe esta vittoria permittio
Dão louvores & graças sem medida.
Que em casos tão estranhos claramente
Mais peleja o favor de Deus que a gente.

[...]
Ariete forçoso. He vay & vem, instrumento de guerra, chamado ariete, que quer dizer carneiro, porq a modo de carneiro marra com os muros para os derribar.²

2. Camões; Correa (“Canto terceiro”, p. 98-98v). O herói a quem os mouros almorávidas dão “combates asperos” é o príncipe herdeiro D. Sancho I, filho do velho rei D. Afonso I (1139-1185), que na sequência o salva com a “famosa gente a guerra usada”.

3. Cf. Bebiano (2000).

4. Cf. Duby (1995).

5. Cf. Bebiano, *op. cit.*

6. Cf. Leite (2009); Kagan (2010).

Guerra e História têm desde muito marchado de mãos dadas: a primeira arrastando a segunda, a segunda empurrando a primeira. A guerra reivindica o registro e recordação de suas façanhas, nas sociedades que dominam a escrita. Essa escrita, por sua vez, com seu costumeiro elogio da morte e da batalha, convida a novas contendas. Consulte-se Heródoto, releia-se Tucídides, Xenofonte, Políbio: que motivo os impulsionou a fundar a pedra angular da historiografia grega? Foi a guerra. E as representações que inauguraram, quantas futuras gerações de soldados não terão excitado à glória do combate? Nesse sentido, a História e a poesia cumpriam uma tarefa política análoga, sobretudo considerando-se que poucos temas foram acolhidos mais calorosamente pelos leitores. A guerra precipita tamanho impacto, mesmo em culturas que a normalizam, que alguns dos que a presenciam ou tomam contato com sua memória experimentam poderosa necessidade de relatá-la, para compreendê-la, denunciá-la ou, como ocorreu mais comumente, celebrá-la.³

Acumulam-se exemplos a confirmá-lo, não convém ser exaustivo. Sem ousar retornar ao tempo dos babilônios e saltando sobre a historiografia clássica, sublinhemos Georges Duby em seu estudo da Batalha de Bouvines (1214), na qual o rei francês Filipe II Augusto bateu o imperador germânico Oto IV. Duby insiste em como aquele evento foi prolífico em relatos, testemunhais ou de segunda mão, os quais se propagaram no tempo e no espaço, desde o século XIII, desempenhando papel definidor na própria consolidação da monarquia francesa e nos rumos da cristandade.⁴ Mais recentemente, Rui Bebiano destacou os laços entre a guerra e a política ibérica no raiar da Modernidade: até o século XVIII, a escrita da história é quase exclusivamente escrita da história militar. A crônica, ao lado da épica, esteve entre os modos como o Estado e a nobreza valeram-se da “pena de Marte” para se fazer admirar, veiculando narrativas, valores e seu próprio protagonismo no processo histórico.⁵ Há, é claro, também uma milenar história eclesiástica, que em diversos aspectos e momentos toca e penetra aquela, mas esta não será nosso foco aqui. Para quem se mostrasse capaz de “pôr em crônica” as próprias façanhas, de maneira a transformar a experiência pessoal em “espelho de príncipes”, os prêmios eram atrativos, fossem econômicos, fossem simbólicos.⁶ E muitos os buscaram. O caso da Guerra Holandesa no Atlântico Sul (1624-1654), examinado aqui, alista-se nessa tradição, mas, simultaneamente, rompe com ela.

Desde fins do século XV, o advento da impressão de tipos móveis amplificou os potenciais dessa relação entre guerra e historiografia. Podendo a palavra escrita, agora, replicar-se com inéditas velocidade e precisão, através de panfletos avulsos, gazetas e livros com várias características tipográficas, o alcance da mensagem ascendia a escalas de magnitude surpreendente. Historiar vidas e feitos dos próceres de uma nação ou linhagem, para a leitura do público crescentemente

alfabetizado, tende a normalizar-se como expressão política, especialmente no século XVII, mas já antes dele. Na expansão marítima do século XV, cronistas como Zurara compuseram loas aos feitos régios e de linhagens engajadas nas lutas de Ceuta e Tânger, história a que João de Barros, no século XVI, daria continuidade sob roupagem humanista.⁷ A escrita histórica, em Portugal como nos demais países da Europa ocidental, prorrompia da Coroa e da nobreza laica e eclesiástica – florescendo daquela tensa simbiose de estamentos que Trevor-Roper denomina “Estado Renascentista”⁸ – e, conseqüentemente, era o *ethos* desses dois sujeitos políticos que imperava. A história é a história que eles contam, sem contradição nem concorrência, exceto pelas que existem no interior desses grupos. Daí, pois, a proliferação da história encomiástica, detectada por Bebianno, em especial no contexto da guerra luso-castelhana (1640-1668), quando casas portuguesas tituladas como a de Marialva financiaram panegíricos de suas façanhas militares.

A historiografia era um exercício restrito: a noção de “decoro”, ao lado dos rigores da malha censória, assegurava que apenas emissores autorizados – isto é, dedos a serviço daqueles no poder – enunciassem feitos. A Guerra Holandesa, todavia, introduziu um componente estranho a esse equilíbrio entre política e cultura. Ao longo dos 30 anos em que o conflito se desdobrou pelas latitudes do Trópico de Capricórnio (1624-1654), não apenas as classes nobres ibéricas pegaram da pena para relatar os acontecimentos, como era o costume. Disputando-lhes a elocução historiográfica, grupos em ascensão nos domínios ultramarinos, nem todos nobres, identificaram na escrita da história instrumento de promoção socioeconômica, mediante concorrência pelo protagonismo da luta contra o “herege flamengo” a ameaçar as faldas do império, na África e no Brasil. Homens enriquecidos no fabrico do açúcar, no comércio negreiro, na administração colonial ou em todas essas atividades procuraram afamar-se como heróis de guerra, fazer-se comparar, por meio de cambalhotas retóricas, a notáveis generais bíblicos ou greco-romanos, algo desde muito limitado a rebentos dos estamentos superiores. Não desejavam, que fique claro, subverter o modo como se escrevia a história, questionando a ordem ou a mundividência de ordinário promovidas nas narrativas, mas, pragmaticamente, queriam capturar o gênero em seu formato consagrado, mobilizando-o em causa própria. O que por si só, reconhecamos, já era um baita desafio. Gente de berço pobre, proveniente da “zona tórrida”, às vezes com mácula de sangue ou defeito mecânico... esse “Terceiro Estado ultramarino”, até então, nem escrevia a história, nem mesmo aparecia em suas páginas. Via de regra, era necessário, no Antigo Regime, deter algum grau de nobreza, ainda que modesto, para aspirar ao *status* de personagem histórico. Algo que vinha de longe: DUBY flagrava em suas fontes o desprezo manifesto do medievo pelo soldado não nobre, combatendo a pé, sem

7. Cf. Saraiva; Lopes (s. d. [1955]).

8. Cf. Trevor-Roper (2007), em especial o segundo capítulo.

9. Cf. Bouza Álvarez (1997); Megiani (2019).

10. Cf. McKenzie (2018).

armadura nem espada, em troca de paga. Essa ética cavalheiresca perdurava, com mudanças, no século XVII, ainda medieval em tantos aspectos.

Pois, agora, no conflito contra a Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos, cujos exércitos tomavam a Bahia, depois Pernambuco, e ameaçavam toda a América, esses soldados “ignóbeis” – ou quando menos a fração deles melhor aquinhoadas no empreendimento ultramarino – aspiravam à glória de ser retratados e admirados após a morte e à delícia de conquistar, em vida, títulos, fama e fortuna. Em suas conjunturas mais imediatas, as narrativas acerca desse conflito foram mobilizadas sobretudo como instrumento de defesa, contra adversários políticos em vias de ataque. O fato de que se tratava de guerra longínqua, na qual os poderes centrais ibéricos se envolveram de modo inconstante e reticente, abriu caminhos para os poderes periféricos, nas áreas de conflito. Promoções militares, sociais e, do nosso interesse peculiar, oportunidades historiográficas, que alguns poucos se apressaram em agarrar.

Alguns de fato as agarraram e, quando isso ocorreu, deveram-no ao livro. Este artigo propõe examinar o que representou a introdução do livro impresso no processo de historicização da Guerra Holandesa, entre 1625 e 1660. Em 1625, vem a lume o primeiro livro ibérico sobre o conflito; na outra data, o primeiro que o relata integralmente. A adoção, pelos grupos políticos envolvidos, desse suporte material – e não do manuscrito ou da folha avulsa, ambos também de grande relevância para a cultura escrita do Seiscentos⁹ – foi decisiva: determinou o que viria a ser o enredo consagrado desse evento e a maneira como seria, na posteridade, integrado às histórias nacionais de Portugal e do Brasil, com seus protagonistas e episódios centrais. A abordagem “bibliográfica”, à *la* McKenzie,¹⁰ da construção dessa memória, revela-se por isso auspiciosa. Importa olhar para tais obras impressas como um terreno tático, onde escolhas tipográficas e interferências editoriais não são gratuitas nem acidentais, senão manobras para dar-se a ver, fazer-se ouvir, calar e destroçar inimigos, como “mina secreta”; artimanhas para romper as portas dos herméticos círculos letrados, como “aríete forçoso”. O livro, pois, atua como este artefato bélico metafórico: fere, força, despedaça, ao mesmo tempo que relata.

O título e a epígrafe tirados do “canto terceiro” dos *Lusíadas*, aliás, aludem a outra guerra lusitana, do século XII, mas que, no verso camoniano, faz-se em tantos aspectos semelhante a esta, 500 anos depois. Ali está a imagem da “Portuguesa furia”, em todo tempo marcada por “animo, & prudencia”, resistindo a trabucos, minas e aríetes inimigos, os quais ao fim da batalha jazem arruinados; ali está Deus, já então, quando Portugal apenas nascia, pelejando suas lutas e abençoando suas vitórias. Variam os inimigos, ora mouros, ora flamengos, todavia nessa literatura

Portugal é uno. Há evidentes ressonâncias entre os cantares de Camões, publicados em 1580, e as obras seiscentistas da Guerra Holandesa: a poesia e a historiografia constroem um sentido à trajetória do reino, rimam o ontem com o hoje, dão-lhe identidade. No entanto, esta “Nova Lusitania” a emergir no ultramar, portuguesa, africana e ameríndia, anseia por rimar também, por ter entendido que a escrita é um veículo de poder. Não deseja modificar aquela identidade lusa, senão integrar-se a ela, porém, no próprio ato de integrar-se, modifica-a. O que o livro simbolizava, na cultura política do período, orientou não somente as ambições de numerosos sujeitos, de lá e de cá do oceano, servindo de arma na briga desvantajosa que alguns deles travavam por visibilidade e poder, e, mais ainda, a constituição dessa memória e os diversos empregos que a posteridade lhe daria.

OS CANAIS DA MEMÓRIA

O ataque neerlandês à Bahia, em 1624, e o contra-ataque luso-castelhano, um ano depois, fizeram desaguar nas principais cidades europeias ondas de relações de sucessos, escritas em diversos idiomas.¹¹ Do lado católico, a triunfante expedição restauradora comandada por d. Fadrique de Toledo teve seus líderes e lances memoráveis vertidos ao papel com surpreendente velocidade: há relatos da retomada de Salvador datados de poucos dias após a rendição da praça, os quais terão partido com as primeiras embarcações em direção a Lisboa e sido publicados nos começos do segundo semestre de 1625.¹² Em função das expectativas em jogo, importava que a conversão do real em texto sobreviesse depressa e retumbantemente e a relação de sucessos oferecia o melhor canal para a consecução desse objetivo.

Enquanto algumas relações restringiam-se ao cerco da praça e à vitória, outras recuavam no tempo e ampliavam o enredo, descrevendo a travessia oceânica e seus perigos, assim atribuindo maior relevo ao sacrifício dos vencedores. Todavia, por seu próprio formato, a relação de sucessos não exagerava este *flash back*. Ela é por definição episódica, não se mete, geralmente, a delinear contextos ou meditar sobre o significado dos eventos. Dizendo o até então não dito, traceja as linhas inaugurais da historicização do evento, em linguagem direta; será, amiúde, fonte primária para futuras retomadas do tema. E, é claro, a narração não reproduz passivamente a realidade. Mesmo quando se empenham em ser fidedignos, os autores recortam e colorem o real, posicionam protagonistas e figurantes em um cenário retoricamente recriado, retorcem episódios para fazê-los caber nos confins de

11. Camenietzki; Pastore (2005, p. 263-264).

12. Houve, até mesmo, relações falsas publicadas na Espanha ainda no mês de maio de 1625, enganando o público com supostas vitórias, provavelmente explorando as expectativas em torno da expedição, em vista do lucro fácil. Cf. Clementino (2019).

13. Para a distinção entre relatar e historiar no séc. XVII, cf. Clementino (2016).

14. Cf. Doré (2011).

15. Cf. Lanciani (1997).

16. Cf. Bourdieu (2007).

uma notícia, revestindo-os de certo tom adequado a seus objetivos. Tudo isso para não falar das características físicas do *pliego suelto* em que esse informe circula. No Seiscentos, os atos intelectuais de relatar e de historiar são distintos, porém autores tanto de relações como de histórias prometem a exposição da verdade sem mediações, a captura ileso do acontecimento pelas letras.¹³

Naturalmente, não o fazem. Oferece-se ao leitor, com efeito, não a transmissão exata do que passou, mas uma experiência: transportar-se em imaginação para aquelas praias americanas a auxiliar El-Rei e D. Fadrique de Toledo no castigar hereges insolentes, cercando-os, vencendo-os e arrancando-os da terra que usurparam. Não o admitem os autores, geralmente anônimos, das relações de sucessos, mas o ambiente festivo em que tais papéis proliferam desvela essa cumplicidade aventureira com os leitores.¹⁴ Os panfletos sobre a Guerra Holandesa simultaneamente a reportam e a comemoram. Não apenas na recuperação de 1625, mas no curso de toda a guerra, na resistência da Paraíba (1631), nas Batalhas dos Guararapes (1648-1649), na rendição do Recife (1654), impressos e manuscritos estão emergindo na primeira hora, mordendo os calcanhares dos eventos, porque urgia divulgá-los, se eram favoráveis, ou justificá-los, se embaraçosos. Não admira que alguns autores, estudiosos da comunicação social, as tenham considerado precursoras do periodismo moderno,¹⁵ muito embora tais análises por vezes trilhem o fácil caminho da tautologia histórica, sobretudo no XVII, o “século das vésperas”, supostamente compreensível apenas à luz do tempo que o sucedeu.

As relações de sucessos, então, em sua periodicidade ocasional e editoração avulsa, constituem esse noticiário “quente”, à procura de leitores sedentos pelos últimos acontecimentos. Para elas, a demora seria fatal. Em contraste, poder-se-ia acaso imaginar que os livros históricos sobre a Guerra Holandesa, desobrigados dessas mesmas urgências, surgiriam tarde, maturados depois de longas meditações e pesquisas. Não; há, no período, não somente desejo de narrar aqueles desdobramentos ultramarinos, mas, especificamente, o anseio de narrá-los *em livro*.

Publicar um relato em folha avulsa ou em livro eram ações culturalmente diferentes no Seiscentos ibérico. Atribuía-se ao livro, dada sua remota história pré-gutenbergiana, um prestígio e um selo de imperecibilidade não compartilhado pelo panfleto, objeto tipográfico modesto, em papel de qualidade inferior e sem encadernação, planejado para o consumo ligeiro e o descarte. Em outras palavras, o livro já então é repositório de capital cultural bourdieuliano,¹⁶ de uma maneira que o panfleto não é. Consiste, ademais, em um bem (restritíssimo), integrável a um patrimônio e legável. Mesmo que exponha narrativa semelhante à do folheto, está submetido a regime distinto e temos disso numerosos indícios. Enquanto o panfleto luso-castelhano – tal como o neerlandês, o francês, o alemão

e o italiano – é frequentemente anônimo, porque nele era de pequena relevância a autoria, o livro já então costuma ser autógrafa ou em pseudônimo. Também as informações editoriais de colofão e portada obedecem a padrão muito mais discernível no livro do que no folheto avulso. Importava ao leitor e às autoridades saber com exatidão quem redigira o primeiro e quem o publicara, onde e quando. Seu escrutínio censório é mais rigoroso e, não obstante se publicassem livros clandestinos,¹⁷ esta cifra é bastante maior entre os panfletos, virtualmente impossíveis de fiscalizar, dada a rapidez com que se imprimem e vendem.

Os livros, sendo produtos culturais mais valiosos, são, por conseguinte, mais ameaçadores. O que se registra neles, conquanto alcance um público menos numeroso, terá virtualmente maior peso e sobrevivência. Os detentores do poder na Corte e nas dioceses, pois, observam-nos atentamente, na tentativa de controlá-los. E não raro os escrevem.

AS RUPTURAS DO LIVRO

A Guerra Holandesa começa a ser contada em livro cedo, por parte de quase “porta-vozes” das nobrezas portuguesa e castelhana engajadas na expedição restauradora de 1625. O recurso da nobreza ibérica à escrita da história como instrumento de promoção sociocultural era, sabe-se, já secular, como nos tem demonstrado a historiografia portuguesa sobre o tema, com cronistas como Rui de Pina e Zurara enaltecendo a participação da fidalguia nas lutas quinhentistas na África.¹⁸ O padre jesuíta Bertolameu Guerreiro, em dezembro de 1625, punha em circulação, em Lisboa, o *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*. Pouco mais de dois anos depois, em janeiro de 1628, publicava-se em Madri o *Recuperacion de la ciudad de Salvador*, de Thomas Tamaio de Vargas, pouco depois nomeado cronista real de Filipe IV.¹⁹ Por meio dessas obras, a Guerra Holandesa, já em suas primícias, emerge no universo dos livros. Ambas vêm à luz em formato *in quarto*, com algumas centenas de páginas em que a vitória de Salvador é pintada sobre o pano de fundo das refregas imperiais dos Habsburgo e da ameaça dos hereges protestantes sobre o domínio católico dos mares.

Nem Guerreiro nem Tamaio de Vargas participaram da expedição, ao contrário da maioria dos autores anônimos das primeiras relações de sucessos do evento. Isso nos remete a um elemento interessante, nessa transição que examinamos. Considerando-se o valor então atribuído ao testemunho ocular, era imperativo que sustentassem por outros meios eficazes a validade de seu discurso.

17. Cf. Martins (2012). Sobre o tema do advento do livro na época moderna, em meio a sua bibliografia inabarcável, destacamos: Darnton (2010), Febvre; Jean-Martin (2015 [1958]) e as discussões acerca da figura e da função do autor aventada em Barthes (2004 [1967]) e em Foucault (2009 [1969]). O programa de estudos inaugurado nesses trabalhos é retomado, reformulado e expandido, com perguntas ligadas às variadas formas de legibilidade, em McKenzie, *op. cit.*, Chartier (1987; 1998 [1987]). Balanços dos avanços do campo em Chartier (1998 [1992]).

18. Cf. Saraiva e Lopes, *op. cit.*; Bebião *op. cit.*

19. Cf. Guerreiro (1625); Tamaio de Vargas (1628).

O modo como o fazem aponta para a primeira diferenciação entre o livro e o panfleto: o substituto do olho é a “sciencia”, o “juízo”, isto é, a averiguação criteriosa e o embasamento em papéis julgados fidedignos, “fontes da verdade”, como as chama Guerreiro. Tudo isso sob o amparo da erudição clássico-humanista, a certificar de que se tratava de autor “sisudo”, “de letras”, de modo a elevar-se o narrado a patamares mais altos de significado. A seleção documental fora crucial a Guerreiro e Tamaio de Vargas, pois nela se ancorava a segurança epistemológica do relato. Sai de cena o “testemunho de vista”, em seus livros, e entra o rigor investigativo, a apuração minuciosa, proveniente de vozes reputadas autorizadas. Tanto o jesuíta luso quanto o futuro cronista-mor castelhano tiveram acesso, declaram-no, a depoimentos escritos, mas não quaisquer deles.

De onde provinha a garantia do relato histórico? Não exatamente, como entendemos hoje em dia, da acareação das fontes, da “leitura a contrapelo” benjaminiana, ou do diálogo com os pares acadêmicos, concurso que, em conjunto, instaura um campo de saber e nos propicia ferramentas teóricas de análise.²⁰ Os autores seiscentistas, obviamente, detêm senso crítico, no entanto o empregam segundo outro preceito: o do decoro. Entre todos os que testemunharam o acontecimento, distinguem, criticamente, a partir das hierarquias “naturais” que estruturavam seu mundo social, o enunciador de baixa extração daquele dotado desta virtude tão louvada no período, a “qualidade”, que autenticava o dito. Como saber se algo realmente se passou? Responde o letrado seiscentista: escolhendo ouvir o testemunho daqueles que, por serem de natureza superior, dirão a verdade. A epistemologia historiográfica seiscentista funda seu alicerce, primariamente, no sangue e, secundariamente, nas “muitas letras”, na erudição. Tais atributos dão “fé pública” ao enunciador e o ideal é quando os dois se complementam. Para empregar um termo anacrônico, quando o assunto era o registro de eventos históricos, só alguns sujeitos detinham “lugar de fala”: nobres, pregadores, homens reconhecidos por anos de estudos, ocupantes de posições socioculturais superiores, na ordem do Antigo Regime.

Primeiro deslocamento, portanto: a introdução do livro na historicização da Guerra Holandesa reajusta o alicerce do conhecimento sobre o passado. Nos folhetos avulsos de 1625, contava-se o que muitos viram, apreendia-se um saber que paira ao alcance do olhar, deitava-se ao papel o que era inédito, ato para o que não se requeria ser homem de estudos e reputação. Os panfletos eram geralmente anônimos porque não era indispensável o nome nem o renome de quem narrava. Mas, agora, era. O universo dos autores de livros é mais restrito do que o dos autores de relações de sucessos. Sua tarefa, na construção da memória coletiva, era tida como decisiva, o que implicava maior seleção e

vigilância. No relato em livro, mesmo quando temporalmente próximo do evento, muda o enquadramento, assiste-se frequentemente ao ato de recontar o que outros contaram em panfletos, tem-se uma veracidade de segunda mão, mas nem por isso menos autêntica, antes até mais, posto que mediada pelos filtros do juízo e do estudo. Nem todo livro obedecia a esse enquadramento, como veremos: há-os também testemunhais. Contudo, quando a expedição restauradora da Bahia foi posta em livro, foi essa a inovação que ofereceram.

Nem a *Jornada dos Vassallos* nem a *Recuperacion* fazem alusão à coleta de depoimentos orais ou à oitiva de soldados e marinheiros, embora chegassem ao prelo tão breve tempo depois do sucesso de 1625. Talvez hoje nos surpreenda que autores interessados em um evento contemporâneo não se ocupassem de entrevistar a tanta gente que o presenciara e vivia ali, nas redondezas, mas não os entrevistaram, porque o “regime de historicidade”²¹ sob o qual operavam não o recomendava, antes o proibia. Sua querela, entenda-se, não era contra o depoimento oral *per se*, e sim contra as línguas plebeias. A fala destas não era tida como confiável, ameaçando a veracidade do relato e, no limite, o próprio acesso à dimensão do passado. Com efeito, a construção da memória da nação ou de uma linhagem era matéria elevada demais para ter sua integridade perigada por depoentes do “povo miúdo”. Já a ótica da oficialidade estava registrada nos relatórios que a nobreza redigira, encarregara outros de redigir e publicara – dali irradiaria o passado pensável e narrável. Daí Guerreiro prefaciou sua obra assegurando que “tudo o que nella se ler, se acharà tirado de relações e cartas de muy calificadas pessoas em sangue, e authoridade de officios; e dos livros dos ministros de sua Magestade”, tudo extraído “com muy exato, e rigoroso cuidado, e juizo”.²² “Muy calificadas pessoas”: eis o horizonte, o pilar que torna a memória confiável e a história possível. Tamaio de Vargas redigirá justificativa idêntica, jurando ter apenas apreciado documentos extraídos “en el sagrado de las Secretarias”, onde apenas se anexam papéis de “quien escribe por orden de su Rei, i cuja Fè no puede padecer nota de sospecha”.²³ Fora desse seleto grupo de vozes autorizadas, via de regra, não há nada a ouvir sobre o que sucedeu. O relato histórico seiscentista se funda numa dupla exclusão: cala o sujeito sem marcas de distinção, de um lado, como fontes ignoradas e, do outro, como figurantes que nunca protagonizam a ação, têm seu nome registrado ou sequer falam.

A este primeiro, segue-se um segundo deslocamento, com o advento do livro: na escala em que o enredo é arquitetado. As relações de sucessos descreviam um episódio; Guerreiro e Tamaio de Vargas relatam uma história. Saltar de uma situação a outra implica enxergar o curso dos fatos entrelaçado a desenvolvimentos de mais vasta envergadura. Os objetivos associados à narração daquele tema em

21. Cf. Hartog (2014).

22. Guerreiro, *op. cit.*, “Prologo”, p. 3.

23. Tamaio de Vargas, *op. cit.*, “A todos los que fueron a la iornada del Brasil”, prefacio não paginado.

24. *Ibid.*, p. 1.

25. Guerreiro, *op. cit.*, p. 4; Tamaio de Vargas, *op. cit.*, p. 1-9v.

26. Neste debate, discordamos do posicionamento defendido em Camenietzki; Pastore, *op. cit.*, de que o texto de Guerreiro seria uma expressão do sentimento anticastelhano disseminado em Portugal. Guerreiro, em verdade, pensa um Portugal sujeito aos Habsburgo, mas independente de Castela, com quem apenas compartilha a casa reinante. Não se volta nem contra Filipe IV, nem contra Olivares, vendo-os como governantes de direito de um conjunto de nações soberanas e não hierarquizadas. Seria anacrônico querer enxergá-lo como um precursor da Restauração de 1640.

livro só poderiam ser alcançados explicando-se “el semblante, que entonces tenian las cosas”, dirá o castelhano. Para além de pontualmente apresentar uma operação militar de cerco, como era comum aos folhetos, desenham a expedição em seu pano de fundo histórico: a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), em curso entre Espanha e Países Baixos, a que Portugal se via tragado em decorrência da União Ibérica (1580-1640), bem como a própria Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), além de outros processos e debates em que Tamaio de Vargas se demora.

La Restauracion de la ciudad del Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, cabeça de la Provincia del Brasil [...] es el argumento que he de tratar; para cuja noticia i claridade, será conveniente, no solo proponer el semblante, que entonces tenian las cosas de España, sino tomar los intentos de sus enemigos desde sus principios.²⁴

Na *Jornada dos Vassallos*, denuncia-se a expansão marítima dos “Olandezes Hereges, e rebeldes”, atacando “com piraticas armadas” as conquistas no Oriente e Ocidente. A *Recuperacion* discute ainda mais longa e explicitamente a “rebellion de algunas Provincias” em Flandres, revisitando o cenário internacional dos anos 1620 e as teses da livre navegação oceânica, que os neerlandeses formulavam para contestar a legalidade do Tratado de Tordesilhas e justificar suas companhias ultramarinas.²⁵ Tais digressões históricas, políticas e jurídicas, impertinentes nos folhetos avulsos sobre a vitória de 1625, bem cabiam nesses livros que a retomavam, porque eram outros os seus leitores e outras as expectativas lançadas ao texto.

Esta ampliação do escopo narrativo e do arco temporal permite aos autores recobrir o escrito de novas camadas simbólicas. E os autores têm uma agenda, objetivos de convencimento discerníveis na narrativa. A expedição à Bahia sendo inscrita em dinâmica histórica e geopolítica maior, o resultado desse entrechoque, por conseguinte, impactará conflitos que se desdobram no mundo inteiro. Tendo em vista que os dois livros são veículos – um das aspirações políticas da fidalguia lusitana sob os Habsburgo, outro dos projetos da corte castelhana à cabeça do império²⁶ –, representar a vitória no Brasil como ramificação de um processo com ressonância nas “quatro partes do mundo” mostrava-os como protagonistas em escala global. A monumentalidade é tática discursiva comum a ambos.

A nobreza portuguesa, por meio da pena de Guerreiro, não pretende contestar (aberta nem sub-repticiamente) a União Ibérica, mas retratar-se como indispensável aos planos filipino-olivaristas, apelando à glória do passado luso e à significativa proporção de seus territórios no conjunto do império espanhol. Vassallos nenhuns seriam mais aptos a derrotar aquele adversário, ou mesmo qualquer adversário, alegava-se. Mesmo

recentemente haviam os lusitanos castigado o atrevimento neerlandês na Ásia e na África, recorda Guerreiro, o que o rei Habsburgo já tivera ocasião de louvar.

Sentiraõ os Olandeses, o como os Portugueses sabem defender suas casas. Quando tentaraõ tomar o forte da Mina, sendo governador daquela praça Dom Christovão de Mello. A quem estando enfermo mandou o general da armada do inimigo pedir a fortaleza. Que estava framengo lhe respondeu Dom Christovão, quem tal petição fazia [...] Foy tam determinado o valor de todos em cometer ao inimigo; que ficaram na briga mortos muitos com o seu general; & no alcance da vitoria quasi todos. Successo foy de que a Magestade delRey Philyppe II. fez grande estimação.²⁷

Já Tamaio de Vargas almeja a retratar um concerto harmonioso de nações sob a batuta da dupla Filipe-Olivares, prenunciando na Bahia a vitória que em breve alcançariam no Oriente e na Europa. Seu espaço é o império presidido desde Madri, totalidade à qual cada coroa fora por direito integrada. Recorrentemente alude a esse conjunto imperial como “Espanha” e aos vassallos de Filipe IV como “espanhóis” (fossem portugueses, aragoneses ou napolitanos), engajados pela mesma obrigação de defender seu rei, onde quer que fosse atacado.

I por la cõveniencia particular de la toma desta Baia, adonde si los Holandeses se pudieran conservar, hallaran tantas commodidades para si, como daños para los Españoles en el commercio i navegacion no solo de aquel mar, sino de los demas; con que se asseguraba, que no siendo el socorro de qualidad tal, antes se iba a perder que a ganar opinion con la incertidumbre del successo, juzgãdose este negocio por uno de los maiores, a que ha atendido el cuidado de España por muchos años.²⁸

Dois posicionamentos que não podem ser interpretados a partir de uma ótica “nacionalista”, como quererão fazer crer os restauracionistas pós-1640 e a historiografia neles embasada, mas sim das lutas partidárias no seio da monarquia dual.²⁹ Em um e outro caso, quanto maior a retumbância do triunfo relatado, melhor para ambos. E, para responder a essa necessidade de grandeza, o folheto não basta; reclama-se o livro.

Perceba o leitor que nossos autores “relatam uma história”. Destaque-se o verbo “relatar”. Para o século XVII, não só o relatar e o historiar são atividades intelectuais distintas, como atrás explicado, mas ainda a História não se configurava em campo de saber autônomo no mundo luso-castelhano, com profissionais exclusivamente a elas dedicados. Há, não obstante, em italiano, francês e espanhol, tratados sobre a *Ars Historica*, que assentam os parâmetros

27. Guerreiro, *op. cit.*, p. 8.

28. Tamaio de Vargas, *op. cit.*, p. 54v.

29. Cf. Bouza Álvarez (2000); Torgal (1981).

30. Cf. Sinkevisque (2006); Grafton (2010); Clementino (2016).

31. Tamaio de Vargas, *op. cit.*, p. 13v e 73. Grifos meus.

32. *Ibid.*, Prefácio “A todos los que fueron...”. Grifo meu.

33. Cf. Kagan, *op. cit.*; Grafton, *op. cit.*

aceitáveis para sua composição.³⁰ Não, os dois escritos ora sob análise não se confundiam com as relações de sucessos que lhes precederam, por seus suportes físicos e por suas estratégias retóricas, tampouco eram obras históricas propriamente ditas, algo admitido em seus prefácios. Não são relações de sucessos, nem histórias... o que eram elas, então?

Ora, seus autores repetidamente as intitulam “relações”, porém de um tipo especial. Guerreiro, por exemplo, após listar armamentos remetidos ao Brasil, comenta: “e de quanta importancia fossem estes socorros pera enfrentar o inimigo, se verá no discurso desta *relação*”. Depois de empregar o vocábulo inúmeras vezes, denomina seu capítulo derradeiro “Epilogo de toda a *relação*”.³¹ Tamaio de Vargas, que lera Guerreiro e o cita, toma emprestada a mesma nomenclatura. Por quê? Se tão evidentemente não se confundem com as relações de sucessos, mas ainda assim são chamadas relações, o que são esses textos?

Um trecho da *Recuperacion* socorre-nos desta dificuldade:

No admite la historia las singularidades q aqui se dilatan, cõfiessolo; pero esta es mas relacion historial, que historia perfecta, em cuiu decoro no cabẽ tales menudencias; aqui son forçosas. Ninguna he dexado por negligencia, ò malicia.³²

Tamaio de Vargas admite que não escrevia propriamente uma História, mas uma relação de tipo especial, um produto híbrido: uma *relação historial*. A obra histórica ou “*historia perfecta*”, no século XVII, cumpria propósitos culturais e políticos específicos: era, entre outras coisas, “espelho de príncipes”, servindo de guia para a moralidade e para a ação das figuras nos postos-chave da governança. A tratadística coeva sobre a escrita da História, de autores como Cabrera de Córdoba (1611) e Agostino Mascardi (1636), preceituava com clareza essas diretrizes. Em alguns casos, também revelava o projeto divino para a cristandade, embora a visão historiográfica providencial viesse perdendo força, no Seiscentos. Histórias como os escritos quinhentistas de João de Barros ou os volumes da *Monarchia Lusitana* produzidos desde 1597 no mosteiro de Alcobaça ocupavam posição respeitosa, na hierarquia dos gêneros textuais, o que o autor castelhano sublinha ao empregar o adjetivo “perfecta”. Esperava-se que aplicassem discurso altissonante para dar ao passado – a certo passado, cuidadosamente filtrado – valor patriótico e moralizante.³³ Cabia à História propriamente dita retrabalhar, sob o signo da gravidade e da grandeza, eventos familiares, ao menos aos doutos. O ineditismo e a originalidade não pertencem a sua seara, mas à do relato ou “relação”, que habita patamar

inferior nesse ordenamento, cumprindo a finalidade de converter o acontecimento recente em texto. Essa desigualdade se manifestará, materialmente, no fato de que Histórias da Guerra Holandesa, publicadas entre 1628 e 1699, serão impressas costumeiramente in *folio*, enquanto as relações históricas saem em *quarto* (e as relações de sucessos, em folhetos avulsos, como vimos). Porém a relação está longe de ser desimportante: ela desincumbe o historiador da pesquisa das “tales minudencias” de que se ocupa Tamaio de Vargas, que encerra o trecho acima advertindo que nada de relevante sobre a expedição deixou de ser registrado, ficando a “matéria prima” assentada, preparada para que outrem imortalize o tema com alta retórica.

Eis o terceiro deslocamento do panfleto para o livro: na gramática historiográfica seiscentista, a relação historial principia a transição do relatar para o historiar, o processo que, elegendo um acontecimento como digno de rememoração, pretende legá-lo para a posteridade. A relação historial inaugura essa passagem, que a obra histórica concluirá.³⁴ E o habitat da relação historial é o livro. Compunham, Guerreiro e Tamaio de Vargas, escritos intermediários, que compilavam os informes das relações de sucessos em um corpo textual coeso, de mais larga envergadura, capaz de servir de fonte a futuros historiadores do tema. A relação historial ou memória, assim definida, cumpria, no século XVII, uma função que, no contexto institucionalizado dos séculos XVIII e XIX, será desempenhada com limites mais claramente demarcados pelas memórias históricas, tal como aquelas escritas desde a fundação da Academia Real de História de Lisboa, em 1720. Mas essa é uma vereda de investigação ainda a explorar.

Como adverte Tamaio de Vargas, seu livro propõe expor eventos e personagens minuciosamente, a título de registro, sem ambicionar ao tipo de decoro apenas pertinente à obra histórica. Ele e Guerreiro são pródigos em listar: os que partiram na expedição, os que generosamente a financiaram (detalhando nomes e quantias), aqueles a quem El-Rei, agradecido, rascunhou missivas. Listagens intermináveis, mas somente de patronímicos fidalgais, porque, como dito, quem não é nobre é indigno da História. Páginas e mais páginas que, enfadonhas hoje, se revelam centrais para a elaboração do discurso ali ambicionado. São quase sua razão de ser. Ter o nome inscrito nesses anais, como financiador, mas sobretudo como guerreiro, é o zênite da glória. E esta grandeza, agora atestada, consolidava posições para uns e abria portas para todos. Não há quem não a busque; aliás, são tantos que “nem he possível contaremse aqui muytas pessoas, de nobres nacimentos nas comarcas do Reyno”. E ainda assim os autores os arrolam às centenas, pois esse era um livro sobre eles, para eles e a pedido deles.

Por entender o gosto das mayores pessoas de Portugal, e Castella, de quererem saber ao justo, o que na verdade passou na empresa da Bahya, polla Coroa de Portugal. E tendo esta jornada circunstâncias, e successos muyto dignos de memoria; não quiz ficasse sem satisfação, tão bem intencionado desejo.³⁵

Finalmente, um quarto e último deslocamento é a aplicação do repertório de heróis e feitos da literatura clássica em digressões e analogias, a instilar maior “gravidade” às narrativas. Comparar personagens contemporâneos a ícones como Alexandre, César, Aníbal ou Cipião, ou a heróis como reis do Medievo tardio ou capitães “modernos” como Hernán Cortés, era método contumaz em narrativas históricas, destinado a engrandecer atitudes e protagonistas, vinculando-os às virtudes de uma época referencial, a Antiguidade. Apreciava-se outrossim a citação de obras filosóficas, históricas e geográficas, alicerces de demonstrações e meditações presentes. Também esse conteúdo distancia o livro do panfleto, cujos texto e editoração não costumam trazer notas nem se socorrer em brocardos latinos ou hebraicos.

Nas relações históricas da Guerra Holandesa, essa exibição da cultura da elite vem à luz já nas primeiras publicações. Entre os dois autores sob exame, há diferença em termos de grau. Guerreiro, publicando breve tempo após a chegada das novas da vitória, desenvolve seu relato de maneira predominantemente direta, com poucos parênteses alusivos à cultura greco-romana ou bíblica. Contudo, não deixa de, aqui e ali, introduzir tais digressões. Nas cartas que expedia, algumas das quais o jesuíta transcreve, Filipe IV prometia conceder mercês à parentela dos caídos na luta. E, de fato, autorizou pensões com tamanha velocidade, já em setembro de 1625, sem consultas nem demoras, de modo que “cuida Portugal teremlhe resuscitado em sua Magestade, aquelles Reys Serenissimos tão verdadeiros pays de seus vassalos. El Rey Dom João II. El Rey Dom Manoel. El Rey Dõ João III. de gloriosas lembranças”. Quando relata a morte do morgado de Oliveira, combatente no cerco de Salvador, a *Jornada dos Vassalos* demora-se em lastimá-la e em aplaudir o valido Olivares pelo zelo para com os lusitanos. Que permanecessem, o valido e o rei, assim generosos, solicitava: era este “amor” o meio de garantir a lealdade de seus súditos, como ensinavam as histórias de Portugal e da Grécia:

Não devem Reys guardar em tesouro, pera bons vassalos demonstraçoens de amor; gastem dellas com largueza, que custão pouco, & rendem muyto: & fazem com que os Reys sejam de seus vassalos intimamente servidos, & amados. E hum valido de Alexandre Macedonico, que o desejava grande Rey de sua Monarchia, & bem visto, & amado em toda ella; não tratava de outros meynos mais poderosos, que os da benevolencia, & os da grandeza, & magnificencia, que Alexandre com os seus guardava. Assi o sabemos ter feito com sua Magestade, pera com os seus vassalos Portuguezes, o Senhor Coude [sic] de Olivares.

E esta prodigalidade estaria entre seus maiores acertos, pois através dela os portugueses se transformariam em “milhares de Alexandres, & Scipioens pera as empresas da guerra, & Catoens, & Fabricios pera os negocios da paz”.³⁶ O jesuíta condimenta seu escrito com outras discretas alusões ao passado português ou com paralelos de praxe entre heróis de então e de antanho. Ao descrever a coragem do jovem capitão Antonio de Menezes, que ajudara a salvar da morte a tripulação de uma embarcação naufragada em Cabo Verde, assemelhou-o a “hum Affonso de Albuquerque”, ou “hum Duarte Pacheco”, com sua bravura inspirando os demais a se sentirem “bafejados do valor de hum cesar”.³⁷

Muito mais pródiga, neste aspecto, é a *Recuperacion de la ciudad de Salvador*. Aproveitando os mais de dois anos de que dispôs, desde a chegada das notícias até sua vinda a lume, o livro leva adiante esse enquadramento do tema nas balizas da cultura clássica. Basta folhear um exemplar: algumas páginas transbordam em notas explicativas laterais e de pé de página, citando Plínio, Plutarco, Isaías, Aristóteles ou, entre os modernos, o Pe. João de Lucena (biógrafo quinhentista de Francisco Xavier) e Camões. Se em Guerreiro este diálogo bibliográfico é incidental, em Tamaio de Vargas – certamente trabalhando em parceria com seus tipógrafo e editor – enraíza-se, faz-se constitutivo do enredo. A jornada é filtrada e convertida em texto a partir desse prisma.

Eis o andaime, inserido no corpo do texto ou comentado em notas marginais, que dá suporte às observações do autor, em suas descrições geográficas, ao mencionar criaturas marinhas, sumarizar a história do Brasil ou reafirmar a legitimidade do império espanhol, bem como no tratamento dos personagens e do cerco baiano. Conquanto não se tratasse já de “historia perfecta”, era exposição “historial”, da lavra de um reputado letrado cortesão (tal como o livro lisboeta provinha de um respeitável pregador) e isso alimentava expectativas quanto à “sisudez” do escrito, isto é, sua consonância aos cânones retóricos em voga. Essa interlocução com o saber erudito, na forma de alusões, comparações e outros recursos discursivos, estava longe de constituir mero exibicionismo: era quase incontornável ao relato que aspirasse a gozar de consideração.

Para isto, a tipografia e a editoração eram instrumentos inescapáveis. Devemos, aqui, seguir as diretrizes de Chartier, Grafton e McKenzie, pensando frontispícios, índices, a própria distribuição da informação no papel como terreno tático, dispositivos de coerção do olhar³⁸ que o livro manipula em maneiras não encontradas nos folhetos. Um exemplo: ao debater o tema da liberdade de navegação dos mares, o autor castelhano acusa duramente os neerlandeses de desonestidade, porque

36. *Ibid.*, p. 48v-50.

37. *Ibid.*, p. 27v-28.

38. Cf. McKenzie, *op. cit.*; Chartier (1998 [1992]); Grafton (2011).

39. Aqui a edição original apõe uma nota à margem, que diz: “Con el [nombre] de *Incognito* salio la defensa del mar libre”. Tamaio de Vargas provavelmente se refere à Anônimo [Grotius] (1609). O editor Lodewijk Elzevir levou a obra ao prelo sob anonimato. Hoje se conhece o autor da obra, o jurista Hugo Grotius (1583-1645).

40. Tamaio de Vargas, *op. cit.*, p. 10-10v, grifo do autor. Guerreiro emprega igual recurso, ao transcrever cartas de Filipe IV.

41. Cf. Meneses (s. d.). O manuscrito não é rascunho original, mas provavelmente texto pronto para o prelo, contendo notas de margem e poucas rasuras. O relato, porém, pecando por excessiva franqueza ao expor conflitos no comando da expedição, teve a impressão bloqueada pelo Conselho de Estado; Schwartz (1991). O relato foi publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1859, no tomo XXII da *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, em edição repleta de erros.

Lo defienden con auctoridad de hombre sin³⁹ nōbre, no atreviēdose a adjudicarlo a qui? las letras le ubiesse tenido: i no es maravilla, siendo sus fundamentos: *que cōforme al derecho de las gentes primero i immutable, qualquiera puede entrar en agenas tieras i negociar en ellas...*⁴⁰

Perceba-se como, nesse espírito, Tamaio de Vargas e seus colaboradores tipográficos se valem do grifo itálico como indicação de alteração na voz ou no tom do texto, quando o autor parafraseia Grotius, no empenho de ridicularizar seu arrazoado jurídico, publicado anonimamente. Como está frequentemente confrontando ou apoiando-se em ideias alheias, recursos editoriais como este, demarcando alternâncias, passagens e contrastes, se repetem ao longo dos capítulos. A *Recuperacion* tem, ademais, o requinte de oferecer aos leitores, nas primeiras páginas, um índice ou “summa de las causas, prevenciones i successos desta jornada”; e, ao desfechar-se, inclui um índice remissivo de personagens, lugares e conceitos, intitulado “summa de lo particular deste successo”, organizado em ordem alfabética. Há claro esforço para a constituição de um cânone, a fixação definitiva do evento na sua miríade de pormenores.

A reunião destes componentes impunha certa ordem ao caos do real: ditava-lhe a cronologia, distinguia protagonistas e figurantes, destacava fatos centrais e secundários. Coisas que, convém reconhecer, as relações de sucessos já haviam começado a fazer, mas que as relações históricas, agora, aprimoravam e consolidavam. O público desses livros encontrava, ao cabo, um atento método de organização textual, atuando em favor da precisa veiculação de uma narrativa histórica politicamente selecionada e orientada, em grau que nos panfletos não se via. Muito embora a recepção dessas obras seja assunto difícil de averiguar, por conta dos poucos vestígios remanescentes dessa atividade, pode-se presumir quão distinta era a experiência de lê-los neste suporte, em comparação aos papéis avulsos.

Dessa forma, os produtos editoriais por meio dos quais a Guerra Holandesa passa a ser contada em livro demarcam uma inflexão. Ingressa-se em território virgem, pelas veredas abertas por Guerreiro e Tamaio de Vargas, sob o patrocínio dos grupos políticos que, em Portugal e Castela, participaram da jornada ou tinham interesse em sua divulgação. Houve relações históricas que permaneceram manuscritas, em geral interditas por conterem versões “subversivas” do episódio, como a escrita pelo almirante D. Manuel de Meneses, cronista-mor de Portugal.⁴¹ Não tendo sido convertidas em livro impresso, não as abordarei aqui. Nesta seção, concentrei-me em mostrar como a mudança do suporte material, do panfleto ao livro, consistia em quebra ou descontinuidade discursiva, no processo de historicização em curso, porém procurei igualmente advertir acerca dos objetivos

políticos implicados na novidade. Eram inúmeros. A publicação de folhas avulsas, se decerto preocupava, parecia incomodar menos. Com o livro, perdia-se na abrangência do público-alvo, mas se ganhava em ressonância, já que em suas páginas se forjam imagens potencialmente mais poderosas e duradouras.

E estamos, importa lembrar, apenas em 1628. O conflito se estenderá ainda por décadas e os livros que o historiam virão à luz até o apagar do século XVII. Por todo esse período, mas especialmente enquanto a luta prosseguiu no Atlântico, o controle da narrativa por parte dos grupos participantes da guerra correspondia a manobra política incontornável. A disputa entre as vozes historiantes ganhará colorações novas e o livro será instrumento crucial nesse embate.

42. Faria e Sousa (1628, p. 596ss); Cespedes y Menezes (1631, p. 508ss).

43. Elliott (2010, p. 404ss).

44. Cf. Mello (2007).

A MINA SECRETA DOS ALBUQUERQUE

Impressa a *Recuperacion de la ciudad de Salvador*, o processo de historicização da Guerra Holandesa desacelera. Ou quase: no mesmo ano de 1628, Manuel de Faria e Sousa incluía a vitória de D. Fadrique de Toledo em sua *Epitome de las historias Portuguesas*, obra de síntese da trajetória histórica do reino. Em 1631, Gonçado de Cespedes y Menezes imprimia, em Lisboa, uma *Primera parte de la historia de D. Felipe el VIII*, em cujas seções finais descreve a recuperação da praça aos neerlandeses como feito do rei Habsburgo.⁴² A historicização da famosa jornada, por meio desses *in folios*, inaugurava um terceiro ato, deixando de ser tematizada em livros específicos para compor histórias gerais de Portugal e Espanha ou de seus reis. Contudo, nesses começos dos anos 1630 e apesar do tom encomiástico dessas Histórias, o entusiasmo do *Annus Mirabilis* se dissipava: desde 1625, os espanhóis tiveram sua frota americana de prata capturada por Piet Heyn, amargaram reveses em Flandres e na Lombardia contra seus inimigos flamengos e franceses, e, no Brasil, o segundo ataque da WIC, dirigido a Pernambuco, capturara Olinda e Recife, perigando expandir-se pela zona açucareira, sem deparar resistência suficiente. Os cofres ibéricos esvaziavam-se.⁴³

Diante dos apertos do fisco régio, não havia meios de aprestar armada a socorrer o Brasil. Engavetado o plano de outra “jornada dos vassalos”, Olivares adotou a estratégia de “guerra lenta”, procurando barrar à WIC o acesso ao interior, esperando asfixiá-los no Recife até que, agastados sem comida e sem lucros, batassem em retirada.⁴⁴ Os neerlandeses apenas seriam contidos no litoral até 1632, quando iniciam a expansão que delineará o “Brasil Holandês”,

alargado de Sergipe ao Maranhão até o começo dos anos quarenta. A expedição de 1625 jamais se repetirá, em efetivos ou em participação da nobreza, nem sequer quando do golpe que levará os invasores à rendição, em janeiro de 1654. Pelas décadas seguintes, a açucarocracia pernambucana reclamará que conquistara a vitória “à custa de seu sangue, vidas e fazendas”, sem que os reis Bragança os recompensassem na justa medida.⁴⁵ Ora, sem oportunidades de façanhas militares no Atlântico, o engajamento da fidalguia ibérica para com aquela longínqua conflagração reflui. Exceto por alguns episódios esporádicos, como a resistência de Salvador ao cerco de Maurício de Nassau (1638) ou a ineficaz armada do conde da Torre (1639-1640), tematizados em minguadas relações de sucessos, passaram-se anos sem que chegassem ao prelo novos escritos sobre o assunto. As penas peninsulares se dedicarão, nesse tempo, aos conflitos de seu continente: a Guerra dos Trinta Anos e, após 1640, a Guerra de Restauração entre Portugal e Espanha.

Entretanto, um movimento subterrâneo tomava corpo. As elites encasteladas nas possessões atlânticas, ante o recuo da nobreza ibérica e o aperto fiscal de Olivares, assumiam a liderança local do conflito anti-WIC. E, conseqüentemente, tomariam para si a tarefa de presidir à representação dos acontecimentos. Tal iniciativa lhes terá parecido não apenas oportuna, mas vital à sobrevivência política. A emergência desta voz ultramarina é fenômeno historiográfico de relevância. Não se travava mais de alardear as “grandezas do Brasil”, suas potencialidades econômicas ou magnificências naturais, como era a tônica dos textos sobre a América Portuguesa de Quinhentos e das primeiras décadas de Seiscentos. Tratava-se, isto sim, de traçar nova linha de frente no combate à heresia calvinista, arena onde se disputavam os destinos da fé e da monarquia. Não mais paisagem, não mais “terreal paraíso”; jaziam obsoletas as metáforas idílicas do “Descobrimento”, de tão longa sobrevivida. A Guerra Holandesa inserirá o Brasil como espaço geopolítico estratégico de uma forma insólita, já que palco de uma ramificação do conflito internacional mais importante do século XVII, a Guerra dos Trinta Anos. Parte das elites locais, gradativamente, adquirirá consciência da grande chance que tinha nas mãos, para angariar mercês e proeminência no mundo ibérico, e de como a escrita da história poderia auxiliá-los nesse projeto.

A princípio, recorrerão aos panfletos. Em 1625, as relações de sucessos haviam entoado o *veni, vidi, vici* da fidalguia que chegara da Europa, triunfara na Bahia e regressara para casa. Agora, diante do ritmo de uma guerra de posições, era a vez de falarem os membros da elite luso-castelhana vinculados aos trópicos. Os Albuquerque, família donatarial de Pernambuco desde a

década de 1530, foram pioneiros: já em 1630 sai, em Lisboa, uma anônima *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda*,⁴⁶ na qual o comando de Matias de Albuquerque, irmão do donatário à frente da resistência local quando do ataque neerlandês, é defendido perante o alarido das críticas na Ibéria. Quando, em fins de 1631, os flamengos tentam capturar a Paraíba e a soldadesca local os rechaça, o capitão-mor da capitania, Antônio de Albuquerque, faz-se louvar a si e aos seus áulicos em outra relação, desta vez assinada pelo provincial beneditino frei Paulo do Rosário, recebendo as devidas licenças, pagando taxa de 15 réis e sendo impressa em Lisboa, em 1632.⁴⁷

Ambas se assemelham, a começar pelos títulos. Talvez sejam obras do mesmo letrado e levadas à estampa pela mesma família de editores, os Rodrigues. A primeira, anônima, atesta ser da lavra de “hum Religioso de muyta authoridade [...] que foi testemunha de vista de quase todo o sucedido”, enquanto, no impresso de 1632, frei Rosário explicava ser “pessoa que a todo se achou presente”. Tudo somado, pode-se especular que o beneditino fosse também o oculto autor da primeira publicação (acaso não a assinando pela delicada justificativa que ali se elaborava para a derrota luso-castelhana, isentando-se os Albuquerque e, na entrelinha, responsabilizando Madri por não despachar socorros). Em todo caso, os papéis não saíram em livro encadernado, mas eram mais longos, especialmente o segundo, e mais bem elaborados do que a média das relações de sucessos e até mesmo introduziam, sem os mesmos requintes tipográficos, aspectos encontrados nos opúsculos de Guerreiro e Tamaio de Vargas. Na relação sobre a Paraíba, por exemplo, o religioso compara Antônio de Albuquerque e seus capitães a personagens hebraicos como Judas Macabeu e Abraão, e cita São Bernardo de Claraval para aplaudir a diligência de seus personagens na defesa da praça.⁴⁸ Muito embora esses impressos não pudessem competir em prestígio, nem seu autor em reputação, com as obras de 1625 e 1628 (até mesmo pela região periférica de onde emanavam), inaugura-se por meio deles a migração da voz historiante da guerra, da Europa para o Brasil.

Ao longo dos anos 1630, Matias de Albuquerque, o donatário de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho e seus clientes permanecerão à testa da luta ultramarina. Matias comandará a defesa até 1636, quando será substituído pelo general Luís de Rojas y Borja. Redigirão, no ínterim, notícias regulares sobre os eventos, registrando as numerosas escaramuças, as batalhas, a retirada final para a Bahia após as quedas do Arraial do Bom Jesus e do forte de Nazaré, estando alguns desses papéis hoje preservados em Lisboa e Simancas.⁴⁹ Ambos os irmãos partiriam do Brasil vencidos, deixando Pernambuco governado por Maurício de Nassau e com suas carreiras gravemente ameaçadas. Matias seria

46. Cf. Anônimo (1630).

47. Cf. Rosário (1632).

48. *Ibid.*, p. 1.

49. Cf. Cartas, relações e... (1325); Opúsculos da Guerra... (1555).

50. Cf. Coelho (1654, “Prologo”).

51. Clementino (2016, p. 61ss).

52. Cf. Faria e Sousa (1644). A Egloga VI saúda Duarte, chamando-o “dignissimo Dinasta,/Na Lusitania noua” e anunciando que “a pena es-tays tomando/para deyxar ao Mundo/as Diarias Memorias/ do que obrastes e uistes”.

preso em Portugal, acusado de inépcia e traição, e Duarte escolheria o lado de Filipe IV após o golpe de D. João IV, em 1640. Enfrentando renhidas oposições da parte do círculo olivarista e da corte portuguesa, que ameaçava confiscar-lhe a capitania – mas também gozando de apoios superlativos, pois seria nomeado na Espanha marquês de Basto e conde de Pernambuco –, o donatário achou por bem relatar a história de todos aqueles anos de combates e marchas no Brasil, como forma de sustentar a ação governativa e militar da família e proteger seus domínios.

Intitula o trabalho, sintomaticamente, não “História”, mas *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, prometendo narrar o sucedido com “lhaneza” e “con deseo de que despoes le exornen mas felices plumas, sirviendolas de aparato verdadero estos escritos”.⁵⁰ Coelho não aplica este termo, mas parece seguir a ideia da relação historial, tal como definida por Tamaio de Vargas, em 1628: compilação detalhada dos eventos, substrato de futuras histórias. Por outro lado, seu livro, como o de Bertolameu Guerreiro, era predominante narrativo e direto, sem desviar-se em meditações eruditas, centrando-se no registro cronológico, minucioso, quase diário. Oferecia, ademais, testemunho de vista, que dava forte legitimação ao conteúdo, ao contrário da *Jornada* e da *Recuperacion*. Era detalhista e rigoroso na cronologia dos eventos, registrando cada passo minuciosamente. Duarte, que cultivava ambições de escritor, redige ele mesmo. Ainda no século XIX, Varnhagen comemorava este relato testemunhal, raro nos livros sobre a Guerra Holandesa que ele, no mais, deplorava.⁵¹

As *Memorias diarias* terão sido concluídas em começos de 1644, se não antes, e no primeiro semestre daquele ano estava sob análise das autoridades, no trâmite normal para a publicação. O manuscrito, nesse ínterim, possivelmente circulou entre letrados de Madri, pois o poeta Manuel de Faria e Sousa, que em maio daquele ano obtinha as licenças para seu *Fuente de Aganipe*, saudava Duarte e a obra em vias de autorização.⁵² Submetidas à malha censória, obtiveram entre julho e agosto daquele ano elogiosas aprovações, festejando-se um autor comparado aos capitães da Antiguidade “que merecieron el nombre de Magnos”, pois servia ao rei com a espada e com a pena, ademais “sin faltar à la elegancia” em seu estilo. O censor Gerónimo Mascareñas, historiador e definidor da Ordem de Calatrava, associava o examinado a Júlio César, outro que historiara suas façanhas, todavia sem a “modestia” de Coelho. A narrativa sóbria e rigorosa das *Memorias* faria muito serviço a *El Rey* e deveria ser depressa dada à luz, resenhava Mascareñas:

Pues siendo cierto que el Autor se portò en todas las ocasiones de aquella Milicia con mucho valor en los enquentros de las armas, con madura prudencia en los consejos que se hazian para usar dellas, con estremado sossiego en los motivos q huvo para alterarse la conformidad de nuestra gente; i finalmente con mano larga para acudir a las necessidades

que allí se padecian, habla de todo esto con una tal templança, i modestia, que à quien sabe lo mucho que obrò, admira ver lo poco que dize.⁵³

Tudo pronto para a publicação... mas algo sobreveio: uma denúncia. A divulgação em livro da versão “subversiva” de que Pernambuco, apesar do empenho dos Albuquerque e seus aliados, caíra ante o ataque neerlandês por incúria de Madri, acendeu alertas na corte. Nesse momento em que já se lubrificavam as prensas, foi impetrado um embargo à obra, anônimo, intitulado *Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque*. O arrazoado lista seus argumentos cuidadosamente e é vertido em linguagem erudita, citando Cícero, Sêneca e outros para sustentar os tópicos listados e deplorar o historiador “chronista de si mesmo”, o que fatalmente o levaria a parcialidade indecorosa. As contrarrazões do embargante, alegadamente baseadas em documentos oficiais e testemunhos de campanhistas no Brasil, explicitam os perigos derivados da publicação de um livro “por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad”, ao propagar notícias desfavoráveis ao poder central.⁵⁴

A administração dos Albuquerque na capitania, dispararam as *Razones*, fora desastrosa. Inquéritos ordenados em Madri e Lisboa provavam “graves culpas de entre ambos, siendo la mas constante, que por intereses próprios dilataron aquella guerra, sacando della grossissimos caudales”. Porém, por essas devassas haverem ficado retidas em Portugal com a rebelião do “tyrano de Bergança”, Duarte de Albuquerque folgava na corte. Aproveitava-se dessa liberdade para reescrever a história e isentar-se das responsabilidades pela perda no Brasil, desmentindo seus acusadores com falácias e atribuindo-se heroísmos de mentirinha. As *Memorias diarias* fariam “probança para lo de adelante”, seriam algo como uma peça processual travestida de narrativa histórica, estratégia destinado a salvar o autor da prisão e da perda da condição de donatário, e a preparar-lhe ganhos no futuro.⁵⁵

O livro fraudava o presente, prossegue o embargante, ao bloquear o exercício da justiça contra crimes “tan graves, que las fadigas presentes que padece la monarchia, y sus Indias se originaron de ellos pues todo se cimento en la perdida de Pernambuco”. No entanto, o que talvez viesse a ser mais pernicioso, Coelho atentava contra a posteridade, pois “las historias hazen fe, y credito en lo futuro, para prueba de verdades importantes, y es agravio que offende a la posteridad dexar imprimir la que es cierto que no ha de refirir llanamente lo que fue”. O tempo pode esquecer outras formas de texto, mas sacraliza o livro, especialmente aquele ostentando as chancelas de sua majestade. Como as secretarias régias poderiam referendar uma memória em que os Albuquerque declaravam que “sin culpa suya, y con mucha de las armas del rey, y su gobierno” o Brasil fora perdido?

53. Cf. Coelho, *op. cit.*, “Aprobacion del reverendísimo P. Augustin de Castro” e “Aprobacion del Señor Don Geronimo Mascareñas”, seções não paginadas.

54. Anônimo (ls. d.), p. 95-96). O ms. foi publicado em Rego (1960, p. 111-119). Bouza Álvares, *op. cit.*, p. 344, n. 112, atribui o memorando a Diogo Soares, secretário do já demitido Olivares. Hipótese pertinente, porém, a comprovar.

55. Anônimo, *op. cit.*, p. 95-95v e 97v.

56. *Ibid.*, p. 96.

57. *Ibid.*, p. 97-99v.

Y como las historias adquieren autoridad con los años, y hazen prueba em derecho [...] de aqy a no muchos y muertos los testigos que hoy biven de la verdad, estos Albuquerque, o successores, se han de valer, como de texto, desta historia [...] y de otras que en caveças agenas hazen se impriman sobre la misma materia, para con tales documentos tener regreso a las plaças que dexaron perder con tanto daño de Hispaña.⁵⁶

Tais “caudillos”, aliás, seriam contumazes nesses enredos, advertem as *Razones*. Desde o ataque de 1630, sabia-se, encomendavam a outros que divulgassem relações a seu favor. Mas era muito mais antiga sua desfaçatez: “ya outra ves estos Albuquerque por medios deste genero adelantaron sus aumentos”. Não fora essa mesma família que, depois da batalha de Alcácer-Quibir (1578), mentira em folhas que Jorge de Albuquerque, terceiro donatário da capitania e pai de Matias e Duarte, cedera o próprio cavalo a D. Sebastião, assim lhe permitindo fugir da morte? Embora graves cronistas daquela batalha, de “qualidade y letras”, como frei Antonio de San Roman, os contestassem, os Albuquerque, geração após geração, multiplicavam seus cambalachos e os anexavam às provanças de pedidos de mercês. De volta do Brasil, em 1640,

Vino este mismo Duarte d'Albuquerque a la corte, y prezento memorial de servicios, y entre ellos alego aquella accion de su padre, para que se le remunerasse [*sic*], probandola con los documentos refiridos que previnio la industria para aora cimentar en ellos sus aumentos, y en effetto por estos y otros servicios, mas inventados que hechos, gano titulo de conde.

Da farsa igualmente nascera em Portugal a loucura de que D. Sebastião vivia errante e se preparava para regressar, mote de teimosas oposições ao direito sucessório dos Habsburgo, “en que hombres viles se atrevieron a titularse por reyes, afirmando cada uno, que era o que escapara de los campos africanos”.⁵⁷ A família, agora, retornava ao mesmo método, dando foros de verdade a versões falsas dos acontecimentos, para depois maliciosamente beneficiar-se delas.

Convinha, portanto, muita precaução da parte dos censores, o que para o embargante definitivamente não se via. Existia, aponta, determinação régia de que “historias, annales o epitomes” provenientes de Portugal passassem pelo Conselho Supremo. Duarte, todavia, sabendo que ali suas *Memorias diarias* seriam decerto barradas, “se hurto a esta orden” e requereu as autorizações ao Conselho de Castela, a cuja mesa se sentavam mais literatos que homens de Estado. As licenças dispensadas demonstravam que a preocupação dos censores residia ingenuamente nas belas letras, sem atentar para as intenções sub-reptícias de gente como os Albuquerque.

La dicha persona, o personas a que comunmente se remitem estas censura, aunque sean doctissimas, no los toca conocer [...] el humor, y fines del chronista; ni esta informado del assunto y de la verdad con que se escriben los successos, o si es interesado el autor en callar lo que fue, y dezir lo que no huve.

Por isso urgia tapar fresta tão desavisada. Obras essencialmente políticas, como era o caso das de cunho histórico, requeriam não um juízo literário, e sim “particular consideracion”, isto é, uma apreciação igualmente política, pelo veneno que arriscavam disseminar. “Por todas estas razones”, conclui, “se deve mandar suspender la impression desta historia”.⁵⁸ O que de fato obteve, pois a impressão das *Memorias diarias* atrasou em dez anos, só indo ao prelo em 1654.

As *Razones*, em verdade, advertem também para a ameaça contida nos panfletos, como aqueles sobre Jorge de Albuquerque ou os papéis sobre Pernambuco já publicados por Duarte, considerando sua penetração junto ao povo, dotado de pouco discernimento, “que como poco especulatibo, facilmente cree haçañas aunque mal justificadas, por lo que tienen de novedad”.⁵⁹ Contudo, a própria discussão feita sobre o aparelho censório e o mais do arrazoado revelam como, para o embargante, permitir a veiculação daquele livro sob o *imprimatur* régio era inaceitável. Não dispomos da documentação que finalmente levou à liberação das *Memorias diarias*, uma década mais tarde (ao contrário do que supuseram R.B. de Moraes e E.C. de Mello, não há indícios de que o livro foi de novo proibido após a publicação.⁶⁰ Ademais, a Inquisição, a quem na Espanha cabia a censura *a posteriori*, já o licenciara em 1644). A própria demora, no entanto, atrapalhou sobremaneira os planos imediatos dos Albuquerque.

É bastante provável que o embargante estivesse correto quanto às intenções dos Albuquerque nas entrelinhas das *Memorias diarias*. Numa Ibéria em que ainda não havia instituições exclusivamente dedicadas à História, escrevê-la costumava ser ato intrinsecamente político, em vista de ganhos presentes e futuros. A família donatarial usou-a como sorrateira arma de contra-ataque, como mina secreta, explorando sua posição vantajosa no ultramar, de líder natural da elite açucareira pernambucana. Transitando a historicização da Guerra Holandesa da Ibéria para o Brasil, após 1630, foram eles que pegaram da pena, pois detinham os recursos, os canais editoriais e o *savoir-faire*. Era ainda o segundo estado a historiar, já que os Albuquerque derivavam da pequena fidalguia lusa quinhentista, mas o fato de se tratar de uma nobreza enraizada no ultramar é notável, especialmente em se tratando do nobre tema da guerra, pois desde o Medievo, passando pelo período da expansão marítima, a historiografia de Castela e Portugal fora majoritariamente de origem peninsular, com raras exceções.⁶¹ Os Albuquerque transportavam esta tradição para as vizinhanças de Capricórnio.

58. *Ibid.*, p. 100-102v.

59. *Ibid.*, p. 98.

60. Clementino (2016, p. 165-166). A informação de que a obra fora proscrita “pelo governo espanhol” veio primordialmente de Rodrigues (1907, p. 13). Rodrigues, porém, não indica a fonte da informação.

61. Para algumas exceções, cf. Kagan, *op. cit.*; Gruzinski (2014).

Quando, no entanto, Matias foi preso (1637) e Duarte se viu *de facto* desapaossado da capitania, pois escolhera o lado de Filipe IV na Restauração Portuguesa de 1640, sobreveio o vácuo local da liderança. Por pouco tempo.

UM ARIETE INUSITADO

Não foram só Duarte e Matias de Albuquerque que, em sua retirada, deixaram Pernambuco acéfalo. Desde 1634, parte considerável da elite açucareira dali e da Paraíba, com seus clientes, familiares e escravos, evacuou a terra, rumo à Bahia, ao Rio de Janeiro ou à Europa, por ordem de Matias, à medida que os flamengos acumulavam vitórias. Muitos partiram sob intimidação. Parte significativa desses senhores de engenho e lavradores de cana emigrados eram rebentos da fidalguia lusa, por isso membros da “primeira plaina da colônia”, cuja retirada os Albuquerque coagiram de modo especial, para evitar que, ficando, viessem a se tornar aliados dos invasores. Foram confiscados pela WIC 65 engenhos após o êxodo, dois terços dos quais seriam leiloados quando da chegada de Nassau (1637), em condições financeiras convidativas.⁶²

Quase metade dos arrematantes de primeira hora seriam comerciantes flamengos ou altos funcionários da WIC; outros eram senhores de engenho estabelecidos, que aproveitaram a conjuntura para comprar barato e expandir os negócios. Porém, cerca de um quarto dos engenhos foram adquiridos, já em 1637-1638, por rendeiros, comerciantes, lavradores, que dificilmente teriam ascendido socioeconomicamente sem a desorganização provocada pela invasão. Com o exílio de grandes chefes açucarocratas, homens de origens obscuras e enriquecidos no comércio e no colaboracionismo holandês, como Gaspar Dias Ferreira ou João Carneiro de Mariz, puderam comprar engenhos. “A política de Nassau”, resume Mello, “fomentou a ascensão de novos proprietários luso-brasileiros, na expectativa de que viriam a constituir um esteio da dominação holandesa”. E a ascensão ampliou-se nos anos seguintes, quando alguns senhores holandeses, sem experiência no trato da cana, começaram a vender suas fábricas e lavouras, muitas vezes para esses “homens novos”. Via neerlandeses, parte da estrutura produtiva local (além de engenhos, escravos, bois, equipamentos fabris) transferia-se da velha fidalguia não raro para imigrantes de berço humilde. Gaspar Dias Ferreira apropriou-se ilegalmente de bens de ordens religiosas em Pernambuco e na Paraíba; João Fernandes Vieira compraria cinco engenhos com empréstimos de flamengos e judeus; Jorge Homem Pinto, seis. Obviamente, os

emigrados, após o cessar-fogo, regressariam e brigariam nos tribunais por reaver seu patrimônio. Contudo, mesmo no curso da luta, ódios acenderam-se entre açucarocratas.

63. *Ibid.*, p. 325-326.

64. Mello (2000, p. 127).

65. *Ibid.*, p. 126-128.

A ocupação estrangeira cindiu os senhores de engenho em emigrados e colaboracionistas, criando um grupo de novos proprietários luso-brasileiros que, em princípio, deveria ser não menos interessado que os seus pares neerlandeses e judeus na preservação do Brasil Holandês.⁶³

Entre colaboracionistas e neerlandeses, as relações azedariam com o avançar dos anos 1640, em parte por conta das vultosas dívidas contraídas na reconstrução das fábricas açucareiras. Por isso, quando se começou a murmurar a Insurreição Pernambucana, por instigação de Lisboa e de Salvador, a ideia encontrou entre os novos-ricos boa acolhida e alguns deles assumiram a chefia da conspiração. João Fernandes Vieira, mulato da ilha da Madeira, surgirá como “o líder reconhecido do movimento”, não por sangue ou família, mas “pelo seu prestígio econômico, pela sua participação constante na vida social e religiosa da comunidade portuguesa, pela sua inteligência”.⁶⁴ Líder parcialmente reconhecido, melhor dizendo. Fração dos próceres emigrados retornava para participar da luta restauradora e torcia o nariz ao autoproclamado “governador da liberdade divina”. Em seu lugar, aclamaram cabeça das casas principais Antônio Cavalcanti, que se mostrava reticente e propunha adiar o motim até que viessem mais armas e soldados. A Insurreição começa sob esta tensa diarquia, representando a fissura entre “radicais” vieirenses e “moderados” ligados aos antigos colonizadores. Entre os dois partidos latejava o problema dos engenhos confiscados em 1634-1637, depois leiloados e revendidos em 1638-1644, para não falar da tez morena e do berço plebeu de Vieira, máculas aos olhos do partido solarengo. Daí os ódios e atritos na açucarocracia, cujo barulho crescia sempre que a rebelião se via em dificuldades. Entre 1645 e 1647, o madeirense sofreria um atentado a espingarda e contra ele circulariam papéis anônimos, acusando-o de violências, abuso de poder e enriquecimento ilícito. Em começos de 1648, ao chegar o general Francisco Barreto de Menezes, seria destituído da chefia, mas por hora mantido na luta, enquanto em Lisboa se discutia como encaminhar as denúncias contra ele.⁶⁵

Encurrulado por tamanhas ameaças, inclusive de que acabasse encarcerado e com os bens confiscados, Vieira adotou como plataforma de defesa, entre outras medidas, heroicizar-se em uma narrativa do conflito, justificando seus feitos e fortalecendo em Pernambuco e em Lisboa sua posição e a de sua rede clientelar. Na contramão do comum dos açucarocratas locais, mesmo os de quatro costados, enxergou a relevância da cultura escrita para ambições de cunho político de modo

66. *Ibid.*, p. 23. A historiografia não foi capaz ainda de confirmar sua origem familiar.

67. Cf. Calado (1648). Junto a Vieira, Calado também protagoniza o relato. O “valeroso Lucideno”, numa leitura em primeiro plano, é o chefe militar, mas o título também é atribuível, veladamente, ao religioso, dado o seu pouco pejo em elogiar-se no escrito. O madeirense, aliás, mal dá as caras na primeira metade da narração, quando o frade ocupa os holofotes, assumindo o proscênio só quanto estoura a Insurreição. Pode-se supor, daí, que o trabalho não nasceu da encomenda de um patrono desde a origem, mas sim, ou de uma oferta de Calado em busca de patrocínio, ou da cooptação da obra em curso por Vieira.

68. Cf. Rau; Nunes (1969).

análogo aos Albuquerque. Não perdeu tempo patrocinando panfletos, ocorreu logo ao livro para o contra-ataque. Para alguém de sua origem social – os inimigos debochavam dele como bastardo, filho de uma prostituta negra da Madeira e de um português degredado por roubo⁶⁶ –, era surpreendente. Homens assim não eram assunto de livros, sequer como coadjuvantes, que dirá como protagonistas. Estamos diante de iniciativa inusitada no mundo português.

Provavelmente, neste passo, o madeirense contactou o eborense frei Manuel Calado do Salvador, que, morador no Brasil havia décadas, entre 1645 e 1646, ia compondo um relato do conflito (aspirando a remediar sua também delicada situação, porque teimara em permanecer no Recife nassoviano contra as ordens do bispo do Brasil), e propôs-lhe converter o escrito em um panegírico de si, talvez em troca de compensações econômicas e políticas, além da própria garantia de publicação da obra. Bom negócio para ambos. O resultado seria a vinda a lume, em 1648, de *O valeroso Lucideno, & Triumpho da Liberdade*, pela casa tipográfica mais prestigiosa de Lisboa, a do impressor régio Paulo Craesbeeck, enorme *in folio* com texto em colunas duplas; produto editorial da melhor qualidade que o dinheiro do açúcar e do tráfico negreiro podia custear.⁶⁷ Embora o autor não gozasse de renome entre os letrados lisboetas, o que gerará futuras críticas, o livro alcançou sucesso (seguramente a boa acolhida decorreu também do luxuoso da edição), relido desde o século XVII e hoje preservado em diversas bibliotecas ibéricas e brasileiras. Mesmo depois de interdito pela Inquisição, em 1655, por forjar uma bula papal, permaneceu trabalho de referência para a Guerra Holandesa. A livraria de D. Pedro II (1667-1706), por exemplo, guardava um exemplar encadernado em pergaminho – pode-se suspeitar que presente de Vieira ou de alguém de sua parcialidade.⁶⁸

A edição, ademais, era dedicada ao príncipe D. Teodósio, herdeiro de D. João IV (que morreria antes de ser aclamado), adornada com emblemas e prefaciada com sonetos, oitavas e décimas de rima, nas quais a rebelião de Pernambuco é declarada “em prol da Lusitana Monarchia”. No prólogo, Calado denomina-o “tratado” e lhe enaltece o caráter testemunhal, com o qual prometia ser mais fidedigno do que “outro Escritor mais defecado, & mais docto”. As numerosas aprovações censórias louvam as “muitas letras” com que era contada a “empresa tão heroica”, bem como a habilidade em demonstrar que “os animos, & brios Portugueses ainda hoje são os mesmos que eraõ antigamente em tempo de seus Reys naturaes, & como Deos os ajuda & favorece em todas as occasioens”. Todo este aparato retórico e editorial se mostrava imprescindível ao sucesso de um livro assim heterodoxo, que almejava a apregoar como heroicas as façanhas de um mestre de campo mulato e suspeito de crimes e de um frade desconhecido e ainda detestado por seu próprio bispo. Nessas páginas iniciais, Calado e

Vieira já dividem os holofotes, como farão ao longo de todo o livro. Se o frade faz-se aplaudir nos poemas que prefaciam a narrativa, na abertura do “livro primeiro” prometia, em verso, cantar “hum loanne, que he terror, & espanto/ Do Belga, & quebrantou sua bravesa/ e de seus esquadroẽs”.⁶⁹

A manobra editorial da dupla, junto aos demais panegíricos mais tarde encomendados por Vieira a outros autores, foi vital para que, pelos anos e décadas seguintes, o madeirense se confirmasse, na historiografia portuguesa, como “primeiro aclamador da liberdade”, ocupando o posto central no panteão de heróis daquela guerra. A trajetória ascendente foi facilitada por seus adversários quedarem mudos, sem redigir nem encomendar relatos sobre si. Escolheram, antes, os canais administrativos convencionais para pedir recompensas ou denunciar o “governador”, como no caso dos textos anônimos de um “capelão” ou de uma “relasão verdadeyra do alevantamento de Pernãobuquo e governo dele”, discutidas no Conselho Ultramarino em 1647, depois de terem impressionado D. João IV.⁷⁰ Sem contraditores no espaço público – exceto em Pernambuco, onde os adversários instigavam o povo contra ele⁷¹ –, a voz de Vieira pôde alçar-se desimpedida, abafando as acusações de “baixa origem”, de tramoias, extorsões e mesmo assassinatos que pendiam sobre ele. Não só não seria preso, mas após 1654 obteria rendosas comendas, mercês, o governo de Angola por três anos e morreria idoso, rico e em casa, em 1681.

No vácuo deixado pela partida dos Albuquerque e das famílias de “primeira plaina”, com Lisboa tardando em preenchê-lo com outrem, o *Lucideno* fazia emergir um chefe singular, ao lado de quem figuras de proa como André Vidal de Negreiros e Filipe Camarão, louvados embora, se limitavam à coadjuvação. Desmente as notícias de berço espúrio, declarando-o “de nobre, illustre, & grave pai nacido”, que ademais o fizera “na Fé de Christo, & em armas instruido”. Sua cor jamais é mencionada, o que equivalia a embranquecê-lo pela omissão; as palavras “mulato” e “mameluco” são repetidas ao longo do livro, quase sempre para especificar traidores, mas nunca se referindo a Vieira (enquanto Domingos Fernandes Calabar, tão logo que é mencionado, é descrito como “hum mancebo Mamaluco”). Sim, João Fernandes aportara no Brasil rapaz “humilde, & pobre”, por conta do que “serve a hum mercador, por a comida”. Faz-se, contudo, comerciante a enriquecer no Brasil Holandês, adquirindo cinco engenhos, frutos de sua honestidade e generosidade, embora “com esta prosperidade não se ensoberbeceu, antes se fez mais humilde, & tratavel”. Apesar do histórico de negociante, o frade lhe confere todas as marcas da nobreza, com qualidades que “a sublimes empresas o inclinava”, conservando em todo tempo “altos brios, de heroica virtude acompanhados”. Fã-lo dar de beber e comer a

69. Calado, op. cit., “Dedicatoria”, “Prologo”, aprovações diversas e p. 1.

70. Mello (2000, p. 22, 242ss). Os papéis só seriam publicados no séc. XX.

71. Ibid., p. 240.

miseráveis, zelar pela fé, jamais sentir medo, todavia observando que não diria todas as ações dignas de Vieira, “para não parecer que falo afeiçoado”.⁷²

A narrativa idealizada faz dele espelho dos portugueses: espelho em moldura inusitada, perante os preconceitos raciais e as hierarquias e valores do Antigo Regime, mas que Calado procura matreiramente polir de modo a extrair-lhe um reflexo convencional. A “guerra da liberdade divina” seria mérito deste *parvenu* ultramarino, com o auxílio de capitães valorosos como Ascenso da Silva e Antônio Dias Cardoso, além do mestre de campo Vidal de Negreiros, sem dúvida destacado no texto em seu título de “mestre de campo”, mas que, no entanto, chega mais tarde à Insurreição e apenas se agrega às hostes em marcha do “governador”. As façanhas vieirenses, temperadas em prosa vívida, são em seguida repetidas em verso, “para mais alívio, & entretenimento dos leitores”, posto que assim “será a leitura mais gostosa”. Calado se empenha em realçar na escrita o tradicional componente retórico do *delectare*, indispensável à ambição de sujeitos distantes dos centros de poder, mas que ansiavam por ser neles ouvidos. O *Lucideno*, material e discursivamente, é um produto concebido para chamar a atenção. Na prosa como nas oitavas, de inspiração camoniana, Vieira rebrilha como general-modelo à frente dos exércitos, a infundir coragem e apontar o caminho, como neste episódio em que os soldados marcham, em meio às chuvas de julho que fazem transbordar o Capibaribe, para cercar os holandeses em Casa Forte:

Chega a Capivaribe o esquadrão,
Ao despertar da Aurora, & sente magoa,
Porque acha que naquella occasiã
Vinha crecendo com enchente de agua:
A gente pàra, & Lucideno então
Abrasado de amor da ardente fragua,
Entra a cavallo na agua que ia envolta,
E passa da outra banda à redea solta

Vendo isto os soldados valerosos,
Que o rio se podia vadear,
As roupas deitaõ fora, & presurosos
Todos juntos começõ a passar;

Vendose da outra parte desejosos
De encontrar o Olandes, & pelejar,
Em ordem vão buscar este inimigo,
E he menor o temor do que o perigo.⁷³

73. Ibid., p. 226-227, 337.

74. Ibid., p. 216. Mello (2000, p. 153) observa que fontes holandesas registraram a morte de Cavalcanti por ferimento, não de pleurisia.

75. Calado, op. cit., p. 1.

Vieira anunciava-se como última esperança dos portugueses no Brasil. De quebra, desafetos da dupla eram retoricamente trucidados: o bispo da Bahia, o vigário-geral e o conde de Bagnuolo, por exemplo, serão fustigados como traidores, medrosos ou idiotas. Gaspar Dias Ferreira, que o frade detestava e que mais tarde requererá em Roma o embargo do *Lucideno*, é desenhado em traços não menos que diabólicos. Já Nassau, de quem autor e patrono foram próximos, seria príncipe virtuoso, protetor do catolicismo, o que servia a atenuar a residência de ambos sob a governança holandesa no Recife. A Antônio Cavalcanti, rival maior de Vieira, sobra a pecha de confabulador e covarde castigado pela ira divina. Despachado, no curso da Insurreição, a socorrer Goiana e Paraíba, Cavalcanti se retarda em Igarassu resolvendo assuntos particulares e se apalavrando com foras da lei, o que teria provocado a cólera divina.

Vendo pois Deos que Antonio Cavalcanti não passava de Guarassù, ou por temor de se avistar & se pór em perigo de morrer, ou por outra algũa razão, deulhe h? sangue pleoris com huma pontada, da qual morreu dentro em tres dias. Como se [Deus] disse-ra. E tu sendo esta guerra minha, & em defensão de minha Fé Catholica, & por a liberdade de meus fieis, não queres chegar às mãos com o inimigo de minha Igreja por não arriscares tua vida? Pois eu ta tirarei sem entrases em guerra.⁷⁴

Que não se atrevessem os maus a contrariar, pois, o seu governador, porque Deus observava cada lance no Brasil. Calado desde o primeiro capítulo cantara em verso que seu “tratado” consistia em apresentar uma conquista da “espada Portuguesa”, mas não só dela, posto que era “guiada pela luz do Polo Santo/ (Terrena obra, mas celeste empresa)”.⁷⁵ O providencialismo, que como explicação da dinâmica histórica vinha perdendo força no Seiscentos ibérico e só timidamente dá as caras nos escritos de Guerreiro, Tamaio de Vargas e Coelho, aqui ressoa com força total. O Deus de Calado é o veterotestamentário dos exércitos, Javé a superintender a peleja, atacando aleivosos e inimigos, de um lado, e do outro operando maravilhas, com a ajuda de sua hoste celeste. Às vésperas do motim, quando os holandeses, avisados do golpe, decretavam a prisão dos cabeças (o que, aliás, anteciparia o início da Insurreição de 24 para

13 de junho de 1645), Vieira, qual Constantino ou D. Afonso Henriques, recebe em sonho a visita de Santo Antônio, que já dias antes obrara portentos em Recife. Cansado da demora da sedição, o santo o exorta a que “não te mostres negligente”; invista-se contra o inimigo, ordena, se “em meu patrocínio de confias”.

Como estàs Lucideno descansado
Importandote tanto o trabalhar?
Quando o fero Olandes tem decretado
De os moradores todos degolar:
Este infausto decreto, & inopinado
Em dous dias pretende executar,
E em se mostrando ao mundo ao nova Aurora
Se parte ao Arrecife sem demora.⁷⁶

Devoto, obedecerá. Na Batalha do Monte das Tabocas (3 de agosto de 1645), a primeira da Insurreição, heroísmo e providência combinam-se. Os soldados lusitanos, africanos e indígenas aliados são cercados por grande força holandesa nas faldas do monte, porém retaliam “como h2s leoens”. Vieira, do alto, pronuncia uma prece, grita: “a elles, a elles” e quer lançar-se à briga, mas os auxiliares o refreiam, “porque de sua pessoa dependia todo o bem de Parnambuco [sic], & que se elle perdesse a vida, se perderia tudo”. Perceba-se o cuidado com que a cena da batalha vai sendo tecida, é um lance que Calado sabia central a sua empreitada. Escreve que padres soergueram, à vista de todos, imagens da Virgem, bradaram salve-rainhas, que os lutadores repetiram. Então investiram e venceram, mas não sozinhos. “Ouve muitos particulares, que mostraõ ser esta victoria dada pelo Ceo, & por milagrosos caminhos”. Ora, aos flamengos tudo favorecia: mais braços, mais pólvora, mais e melhores armamentos, enquanto os portugueses pelejavam com velhas espingardas, dardos, espadas, “rodelas, & paos tostados”. Todavia esse mísero arsenal suportou horas de confronto, “sem nenhuma arrebentar, nem faltarem, ou quebrarem as pedras nos fechos”, matando inimigos às centenas, com só oito baixas. A pólvora holandesa esgotou-se, porém a católica “a acrecentou Deos, de modo que nos sobejou”; um soldado, “repartindo polvora de hum cabacinho”, viu-a durar por cinco horas e, ao final, “se recolheo ainda e achou o cabacinho meado de polvora”. Balas flamengas não feriam o exército de Vieira, alguma armadura invisível as barrava e “lhes cahirão aos pés, sem lhes fazer dano”. Até aqui, indícios, fenômenos misteriosos e sem dúvida

surpreendentes, mas o clímax reclamava prodígio maior. Era de tanta importância a batalha para os desígnios do Altíssimo, que o céu não a acompanhou a distância, senão desceu a Pernambuco: holandeses sobreviventes, diz Calado,

Cõfessavam por suas bocas, que no mais fervoroso, & perigoso da bateria, viraõ andar entre o Portugueses huma mulher muyto fermosa, vestida de branco, & azul com hum menino nos braços, & junto a ella um velho venerando, em habito de ermitão, os quaes davaõ armas, polvora, & ballas aos nossos soldados; & que era tanto o resplendor que a molher, & o menino tinhaõ, que os olhos se lhe ofuscavão, & não podião olhar para elles [...] Bem se mostra claramente que esta molher era a Virgem Maria Nossa Senhora Mãi de Deos, que acudio a nos favorecer tanto que a nossa gente implorou seu favor [...] O venerando velho, que vinha acompanhando a esta Senhora, bem se deixa colligir que seria o glorioso Santo Antão, o qual entre aquellas asperas montanhas, & inhabitados campos tinha huma igreja.⁷⁷

A força dessa bateria discursiva se desnudava, assim, por inteiro. O autor ratificava o patrocínio providencial da luta com essa vitória das Tabocas e com outra igualmente improvável, de Casa Forte, quatorze dias depois. Detalhando numerosas escaramuças, nas quais clientelisticamente ganhavam os holofotes capitães aliados como Henrique Dias, Antônio Gomes Taborda e Francisco Rebelo, que mais tarde poderiam citar o *Lucideno* ao solicitar mercês, encerrava o texto em 1646. Vieira cercava os holandeses no Recife, porém, sem reforço de Portugal para bloqueá-los por mar, a luta alcançava impasse. Calado era despachado a Lisboa para recordar ao rei a “obrigação que tinha de socorrer a aquelle atribulado povo, & a aquelles seus leaes vassallos, q em tãta abertura estavaõ”. O padre, aliás, jacta-se de querido na terra, onde fazia tanta falta, que teve de partir disfarçado, “em habito de secular, & com barba crecida”, pelo perigo de que a população não o deixasse ir ou de que os holandeses, que agora o odiavam, o capturassem.⁷⁸

Essa estratégia fez do *Lucideno* um dos livros mais singulares sobre a Guerra Holandesa e, de modo geral, do século XVII português. Seu texto, como as relações históricas predecessoras, procurava documentar em detalhes os eventos. Reproduzia proclamações dos levantados, listava-lhes os nomes, anexava até mesmo uma *Breve, verdadeira, e authentica relação* de um capitão Lopo Curado, sobre o massacre de Cunhaú.⁷⁹ À parte isto, Calado escreve com largueza e liberdade incomuns ao decoro da narração histórica seiscentista, salpica nos capítulos vocábulos de baixo calão⁸⁰ e, apesar de suas omissões e táticas de embranquecimento, constrói heróis a partir de negros, índios e mulatos. Algo extraordinário no panorama da literatura e da historiografia ibérica.

77. *Ibid.*, p. 203-205.

78. *Ibid.*, p. 356.

79. *Ibid.*, p. 277-280.

80. *Ibid.*, p. 154, em que se grafam “velhacos” e “filhos de putas”.

81. Cf. Crus (1651), dedicatória intitulada "Senhora" e datada de 1649.

Difícilmente um "tratado" tão ímpar deixaria de despertar reações adversas na posteridade. Mesmo em seu tempo, empreende o mais notável deslocamento da voz historiante da guerra, que primeiro transitara da Europa para a América portuguesa e, agora, era capturada por grupos tradicionalmente emudecidos. Grupos que, por sua vez, nada têm de revolucionários, não querem subverter, mas sim integrar-se. Esta obra tão singular, mas que simultaneamente se apropria de recursos literários e historiográficos então consagrados, que no mesmo passo rompe e conserva, é a pedra angular de certa forma de contar aquele conflito luso-neerlandês, perspectiva na qual o protagonismo da vitória cabe a homens de berço e carreira ultramarinos. Versão a qual, acolhida em escritos seiscentistas posteriores, comporá a espinha dorsal do modo como os séculos vindouros rememorarão o período.

O RISO DO VENCEDOR

A guerra duraria outros seis anos no Brasil. Nesse entremeio, os holandeses seriam expulsos da África atlântica, fonte principal dos escravos que abasteciam a América portuguesa. Salvador Correia de Sá e Benevides, ao comandar a recuperação de Angola, em 1648, correu a patrocinar a escrita de sua façanha. Em 1651 viria a lume, em Lisboa (coincidência ou não, outra vez pela casa dos Craesbeeck), o *Manifesto das ostilidades*, relação concluída em 1649. A edição consigna as devidas licenças da Inquisição, do bispo ordinário e do paço. Trata-se de panegírico a Salvador Correia, dedicado a sua mulher. Por meio de um curioso trocadilho, o herói é descrito superlativamente como "Correa, de que pende a chave dos grandes intereços dos Reinos de Ethiopia".⁸¹ Não era um livro, mas longo folheto, de autoria do secretário português em Angola, Luis Felis Crus, que igualmente via a mão divina a presidir a expulsão dos hereges de Luanda, fazendo de Benevides seu gládio. Escrevia o secretário na esteira de Calado? Benevides inspirava-se em Vieira? As provas não permitem afirmá-lo, mas suspeitá-lo, sim, pois além de os pontos de contato entre o *Lucideno* e o *Manifesto* provocarem desconfiança, a tática de heroicização de um prócer enraizado no ultramar, valendo-se da imagem de bravura guerreira e da retórica providencial, é análoga. Se as obras tiveram redações independentes, infere-se, por outro lado, que a visão de Vieira sobre os vínculos entre escrita da história e política despertava em outros pontos do Atlântico, sob o barulho da guerra.

Depois do *Lucideno*, nenhum outro livro sobre o conflito luso-neerlandês se publicou na Ibéria até o cessar-fogo no Recife, em janeiro de 1654. Neste mesmo

ano saíam as atrasadas *Memorias diarias*, de Coelho, terminadas dez anos antes, como vimos. Terá sido neste tempo que João Fernandes Vieira, provavelmente, encomendou novo texto a Diogo Lopes Santiago, mestre de gramática, cuja *História da Guerra de Pernambuco*, por razões desconhecidas, não chegou aos prelos em seu século. Talvez motivasse Vieira a proibição do livro de Calado pela Inquisição romana, em 1655, que nunca mais seria suspensa. No fim da década de 1650, em todo caso, esperava-se ainda uma obra que expusesse o conflito de cabo a rabo.

D. Francisco Manuel de Mello, escritor renomado, político e militar lisboeta, rebento de família nobre, toma a peito a tarefa, queixando-se de que, enquanto os estrangeiros já tinham aqueles fatos “inculcados [...] em tratados, & livros”, faltava “quem por nossa parte, em forma decente, publicasse um só volume”. Daí caber-lhe “lançar pello mundo, hum glorioso pregão do sucesso, que tiverão as Armas Portuguezas, dos vassallos delRey Dom João o Quarto, no Estado do Brazil”. Compõe, pois, sua *Epanaphora Triunfante V*, não como peça autônoma, e sim parte do seu projeto de selecionar alguns dos episódios marcantes da história do reino, contando-os em coletânea publicada em livro, as *Epanaphoras de varia historia Portugueza*.⁸² O próprio Mello denomina suas narrativas curtas de “relaçõens de sucessos”, que ele, atendendo ao corriqueiro padrão da “modéstia afetada”, declara consistirem em mero substrato a futuras histórias.

Mello, em seu texto, não cita autores pregressos: convinha a seu projeto sugerir a novidade do assunto e tratá-lo como se fora inaudito, ou pelo menos andasse mal contado. Quando alega que faltava dizer a luta “em forma decente”, contra quem disparava o petardo? Frei Manuel Calado aparece como forte candidato, dada a obscuridade do autor e a heterodoxia de sua escrita e de seu enredo em prosa e verso, no qual clérigos inimigos são esculhambados como “idiotas” e até palavrões se registram. Frei Calado, convém reconhecer, sob muitos aspectos espicaçava o decoro esperado dos relatos históricos, em sua época. Não obstante as prováveis críticas, D. Francisco, ao que tudo indica, o leu e integrou suas imagens e ideias com largueza a sua *Epanaphora*. Outros autores das décadas anteriores e sujeitos atuantes no conflito não teriam a mesma sorte.

Sem ter participado da guerra, Mello colige, em 1660, materiais anteriormente publicados, sem, contudo, prender-se aos compromissos clientelísticos e urgências políticas com que redigiram autores como Guerreiro, Coelho e Calado. Isso, todavia, mostra-nos como avançava o processo de historicização, uma vez firmado o cessar-fogo, pelos fins dos anos 1650. O simples fato de que tão tardiamente se compusesse uma relação do evento aponta para o quão pouco notório ele permanecia. Não admira: o livro de Calado fora incluído no *Index Librorum Prohibitorum*, em 1655,⁸³ e o de Coelho saíra das

82. Cf. Mello (1660).

83. Os detalhes da proibição são dados em Clementino (2016, p. 170ss).

84. *Ibid.*, p. 485-487.

85. *Ibid.*, p. 496-498, 511.

prensas de nação inimiga (Portugal seguiria em luta por sua independência contra a Espanha até 1668). Se essas barreiras não impediam que as *Memorias diarias* e o *Lucideno* fossem lidos, ao menos criavam obstáculos. Nenhuma História propriamente dita sobre o tema fora ainda impressa, nem o seria pelos próximos 15 anos. O Portugal dos Bragança lutava, em desvantagem, por garantir sua existência autônoma, contra a poderosa Espanha e contra a ainda mais poderosa Holanda, que chegara a bloquear o porto de Lisboa e prometia retaliar pela perda de Pernambuco. Não parecia a hora de enaltecer o sucesso da Guerra Holandesa, o que se escrevia então enfocava batalhas daqueles dias, como a da Linha de Elvas, de janeiro de 1659. Mello discordava: reconquistada a autonomia política, importava justamente celebrar episódios memoráveis do passado lusitano, antigo e recente, muitos dos quais pouco conhecidos, mas todos reveladores da grandeza da pátria. E a vitória de 1654 seria a mais nova reiteração dessa verdade. Ufanar-se era um dos esforços de guerra.

A *Triunfante V* delineia as origens do conflito, os ataques holandeses à Índia, a trégua de 1609-1621 e a formação da VOC e WIC, compondo linhas muito próximas às de Tamaio de Vargas. Alude, por exemplo, ao relatório de Jan Andries Moerbeek, de 1623, exatamente como o fizera a *Recuperacion* (estropiando o nome daquele flamengo de forma quase idêntica à de 1628: “Andres Moertheacan” em Mello; “Andres Mohertcam em Tamaio de Vargas). No entanto, ao explicar a jornada de 1625, no rastro de Bertolameu Guerreiro, faz dela uma empresa especialmente lusitana, a qual “foi so socorrida do poder Castelhana”. Foi a nobreza de Portugal, alerta, que “navegou com raro exemplo a provincias remotas, & de perigoso clima”, tudo com “zelo da honra da patria”. O nome de D. Fadrique de Toledo e o de D. Manuel de Menezes ombreiam lado a lado, como iguais restauradores da Bahia.⁸⁴ Trinta anos mais tarde, a *Recuperacion* servia de fonte, todavia era a perspectiva da *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal* que revivescia nas *Epanaphoras*.

Passando ao segundo ataque e à perda de Pernambuco, os Albuquerque não recebem destaque na *Triunfante V*, Matias merecendo somente sucinta menção como quem “deu forma, & principio” à resistência. Isso pode ser resultado das demoras para a publicação das *Memorias diarias* ou do contexto da luta luso-castelhana, como dissemos. Porém, também sugere que Mello não terá conhecido os panfletos albuquerqueianos impressos em 1630 e 1632, indício da parca sobrevivência desses papéis volantes. Antônio de Albuquerque, que liderara a defesa da Paraíba em 1631, desaparece em 1660. Mais adiante, não se fará menção a Salvador Correia de Sá e Benevides, mas apenas, pela boca de um personagem, à “famosa restauração de Angola”.⁸⁵ O *Manifesto das ostilidades*, aparentemente, tampouco foi fonte para Mello.

Enquanto folhetos, curtos e longos, tendiam a pender relegados ao esquecimento, quem veiculara sua versão dos acontecimentos em livro, afinal, começa a ser recompensado. Vieira, por exemplo, vê sua chama histórica irradiar as primeiras cintilações. Os portugueses de Pernambuco, não mais suportando o jugo holandês em 1645, “rompendo em pública solevação, clamavão *Liberdade*”, diz Mello. E completa:

Tomarão armas, & fizerão hum corpo de mil, & quinhentos mancebos, os mais honrados, & briosos da patria; servindolhes de conselheiro, & Cabo João Fernandez Vieira: opulento, & honrado morador, de Pernambuco, agora nobre Capitão: a quem a pública liberdade será para sempre, devedora; não sò como a inventor valeroso, mas como a constante companheiro.⁸⁶

Aqui, o discurso de frei Calado desponta. O emprego do adjetivo *valeroso*, nesta e em outras passagens, será coincidência? Dificilmente. Na sequência, D. Francisco Manuel de Mello observa que não só se opunham a Vieira “a potencia, & respeito dos inimigos”, mas também “a dos naturaes [de Pernambuco], aquelles, que com mayor discurso, ou interesse”, julgavam a vitória impossível. Medita, então, filosoficamente, que era comum ver no mundo “perigar os valerosos, antes nas astucias dos fingidos amigos, que na força dos inimigos declarados”.⁸⁷ As disputas faccionais da açucarocracia dos anos 1640 foram filtradas, na *Epanaphora Triunfante V*, a partir do ponto de vista vieirense, e seus adversários, emudecidos, são qualificados de traidores. O nome de Antônio Cavalcanti é apagado para a história. Somente ao madeirense restava o papel de aclamador, imagem que, instaurada por Calado e acolhida por Mello, fixa-se até o fim do século XVII, perlongando ainda o XVIII, para desgosto tardio de muitas famílias “principais” em Pernambuco.⁸⁸ A escrita da história da Guerra Holandesa, depois de ter passado por mãos plebeias em Recife, amorenadas pelo sol e pela mestiçagem, respingadas por sangue escravo, polvilhadas de açúcar, era afinal recapturada por penas ibéricas. Mas não ilesa. Quase podemos imaginar o “primeiro aclamador” mandando vir um exemplar das *Epanaphoras* desde Lisboa, lendo-o numa rede em seu engenho na Várzea e rindo.

86. *Ibid.*, p. 496, 498.

87. *Ibid.*, p. 498-499.

88. Borges da Fonseca (1925, vol. II, p. 207); Mello (2000, p. 128).

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A historicização da Guerra Holandesa não terminará em 1660. Assentadas as pazes com Espanha e Holanda e consolidado o golpe palaciano que depôs D.

89. Cf. Clementino (2016), em especial caps. 1 e 4.

90. Cf. Clementino (2018).

Afonso VI (1662-1667) e fez regente e depois rei seu irmão D. Pedro II, o intervalo 1675-1699 verá vir a lume *in folios* em que o conflito será historiado, ora separadamente, ora integrado a narrativas gerais sobre o reino. Seus autores serão religiosos de renome e fidalgos, um deles titulado (o conde de Ericeira). O velho João Fernandes Vieira, depois dos escritos de Calado e de Diogo Lopes Santiago, encomendará um último panegírico ao renomado frei Raphael de Jesus, por esses anos nomeado cronista-mor do reino, resultando no *Castrioto Lusitano*, impresso em Lisboa, em 1680. Tão tarde quanto 1699, frei Santa Teresa publicava, em Roma, sua *Istoria delle guerre*, em língua italiana, buscando dar fama internacional àquela glória portuguesa. Os leitores dos séculos XVIII e XIX interessados no conflito revisitarão, prioritariamente, esses alfarrábios do período petrino, ao lado das narrativas de Calado e, em menor medida, de Coelho, pelo valor testemunhal. As relações de sucessos em folheto avulso cairão no esquecimento, ao lado da *Jornada dos vassallos* e da *Recuperacion*, cujos informes terminaram absorvidos e sumarizados nas narrativas posteriores. Essa recepção crítica, por parte de eruditos como Rocha Pitta, Borges da Fonseca, frei Jaboação e Fernandes Gama, comporta interessante amostra do que se julgava ser a boa obra histórica no Antigo Regime. Contrastavam-se “testemunhos de vista” à meticulosidade dos que escreviam a partir de investigações em documentos e relatos alheios, bem como autores “severos” a outros admoestados pela “parcialidade”.⁸⁹

Ainda na década de 1870, Varnhagen, herdeiro deste debate historiográfico bissecular, hierarquizava autores a partir de critérios como o partidarismo e o depoimento em primeira mão. Duarte de Albuquerque Coelho, por exemplo, é por ele tachado de autor sóbrio, não obstante a ser lido com cuidados, já que distorcia fatos em prol da família donatarial. Calado, em particular, é fustigado pela ira varnhageniana, acusado de falta de dignidade, de ter dado ouvidos aos boatos vulgares da soldadesca e de escrever em mau português. O *Lucideno* era, ao cabo, declarado inferior a todos os demais livros do Seiscentos e, salvo por algumas notícias em primeira mão, merecia ser proscrito da livraria dos historiadores.⁹⁰ O barão e futuro visconde de Porto Seguro, lendo estas fontes criticamente (a partir do que no seu tempo se entendia como crítica), cataloga desvios e os condena como lastimáveis, sem se lembrar de situá-los no contexto de que emergiram.

Esta leitura anacrônica, esperando encontrar nas narrativas do período o espelhamento dos fatos, persistirá em grande medida pelo século XX, quando uns e outros autores do tempo da guerra serão separados entre úteis e dispensáveis, em função da contribuição original ou não, fiel ou não, que deixavam. Poucos quiseram averiguar a relevância ou conveniência que preceitos abstratos como “originalidade” ou “neutralidade” teriam para homens que redigiam, não só num século XVII em que esses conceitos significavam coisas diferentes, mas em meio a uma luta que, em certos

casos, lhes queimava as casas e vilas, sob ameaças de confisco, prisão, degredo ou morte. Os pesquisadores investigavam a guerra, problematizavam a guerra, mas não o processo de sua historicização. Pouco se detiveram nas conjunturas específicas em que pegaram da pena um Bertolameu Guerreiro, um Cespedes y Meneses, um D. Francisco Manuel de Mello. Para um livro como o *Lucideno*, por exemplo, a singular mescla entre invocação da dignidade da História e violação de sua “sisudez” – recorrendo à oralidade, ao humor, esculachos e poemas que faziam a leitura “mais gostosa” – parecia loucura, mas tinha lá seu método, sem dúvida habilidoso, para seduzir o leitor. Avaliando, de longe, o duríssimo desafio de fazer aplaudida obra tão excêntrica em círculo tão conservador de letrados e cortesãos, deu certo. Os historiadores, até recentemente, é que não atentaram para a astuta estratégia.

Ao lado disso, a clivagem que o *Lucideno* trouxe à historicização da Guerra Holandesa é notável, não obstante majestosamente negligenciada. Alguém como Fernandes Vieira converter-se em herói português, mesmo através de seu branqueamento retórico, é espantoso, não tem paralelo na historiografia do Seiscentos. Essa guerra, diferentemente daquelas, no século XVI, travadas contra indígenas e franceses, requalificou o ultramar americano como um espaço de valor primordialmente político – em contraste com o espaço de exploração econômica por excelência, predominante nos relatos anteriores –, uma frente militar de defesa da fé e da integridade territorial do império português. Os textos dos Albuquerque e de Calado dão expressão historiográfica a esta transformação. Aos olhos dos portugueses, o Brasil ganharia um *status* novo, teatro bélico que, ao custo da violência e do sofrimento, amolecia as estruturas sociais, abria caminhos à ambição política e à produção escrita. Algo de que não poucos membros da elite local sentirão falta após o fim da guerra, quando esta janela de oportunidade tiver passado.

Em que medida é possível generalizar estas constatações sobre a escrita da História deste evento para o que era a historiografia portuguesa ou ibérica, no Seiscentos? Eis um problema aberto à investigação. Tratados sobre a *Ars Historica*, sem dúvida importantes, não bastam a resolvê-lo, porque a obra histórica não é reflexo perfeito da literatura que a normaliza. A escrita da História é mais dinâmica do que sua preceptística e as pesquisas e registros sobre o passado, muito mais plurais e de difícil enquadramento. Mal comparando, seria como querer compreender o fenômeno jurídico numa sociedade somente com base na legislação. A função historiográfica das relações de sucessos e das relações históricas é vago; suas características tipográficas e discursivas são erráticas. Claro: o Seiscentos (ao menos o ibérico) não teorizou o fenômeno, provavelmente por considerá-lo inferior. Todavia, como é evidente, um fato social e cultural não teorizado também existe. Propor a segmentação e tipificação das fontes historiográficas ajuda-nos a enxergar

melhor tanto o trabalho dos homens que pensavam o passado, em um dado recorte, quanto os eventos que se converteram em objetos de suas preocupações.

A introdução do livro na escrita da história da Guerra Holandesa, assim, é problema investigativo que exige captar interferências em diversos níveis – no político, no econômico, no editorial, no cultural – entrelaçadamente. Implica, mais do que isso, deixar de considerar um livro como mera fonte para um evento. O próprio livro é o evento e sua fonte, junto à operação de pesquisá-lo, escrevê-lo, publicá-lo e propagá-lo. Curiosamente, uma fonte de si mesmo. A decisão de um Tamaio de Vargas ou de um Calado (e de seus eventuais patronos) de publicar um relato em livro atendia a exigências e dispositivos socioculturais que as obras analisadas e a mais documentação sobrevivente só indiciariamente nos permitem reconstituir, mas cuja reconstituição nos desvela toda uma face nova do que era, ao menos para certos grupos sociais, viver em tempos de guerra. E viver em tempos de guerra recomendava escrever – obrigava a escrever, melhor dizendo. O fogo e a morte traziam com eles, paradoxalmente, a chance rara de desmentir destinos, acelerar ou prevenir ruínas, subverter lógicas seculares. O horror e a oportunidade de mãos dadas.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ANÔNIMO. *Razones por que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que resultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado*. British Library, Londres (Inglaterra), [s. d.]. Additional Manuscript 28:461, p. 95-102

CARTAS, relações e papéis diversos de Matias de Albuquerque ao Consejo de Estado de Castela. Archivo General de Simancas, Simancas (Espanha), Seção Guerra y Marina, Legajo 1325.

MENESES, Manuel de. *Recuperação da cidade do Salvador*. Real Academia de la Historia, Madri, [s. d.] ms. H-27 (09-550).

OPÚSCULOS da Guerra do Brasil. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa (Portugal), Seção Manuscritos Reservados, cota 1555.

FONTES IMPRESSAS

ANÔNIMO [GROTIUS, Hugo]. *Mare liberum sive iure quod batavis competit ad indicana commercia dissertatio*. Leiden: Ex Officina Ludivicus Elzevirii, 1609.

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreueo hum Religioso de muyta autoridade, & que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo tẽ os dezoito de Abril deste prezente, & fatal anno de 1630*. Lisboa: por Mathias Rodrigues, com todas as licenças necessárias, 1630.

BORGES DA FONSECA, A. J. Vitoriano. *Nobiliarchia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925.

CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno, & Triumpho da Liberdade*. Primeira parte. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648.

CAMÕES, Luís de (autor); CORREA, Manoel (comentador). *Os Lusíadas do grande Luis de Camoens*. Príncipe da poesia heroica. Commentados pelo Licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Arcebispado de Lisboa, & Cura da Igreja de São Sebastião da Mouraria. Lisboa. Por Pedro Craesbeeck, 1613.

CESPEDES Y MENESES, Gonçalo. *Primera parte de la historia de D. Felipe III. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el de M.DC.XXX*. Madri: por Diogo de la Carrera, 1654.

CRUS, Luis Fellis. *Manifesto das ostilidades que a gente que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os Vassallos del Rei de Portugal neste Reyno de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os Principes; e dos motiuos que obrigarão ao General Salvador Correa de Sá e Benavides a dezalojar estes soldados Olandezes delle, sendo mandado a esta Costa por Sua Magestade a diferente fim*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651, dedicatória intitulada “Senhora e datada de 1649.

FARIA E SOUSA, Manuel de. *Fvete de Aganipe o rimas varias*. Parte qvarta. Madri: por Iuan Sanchez, 1644.

GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

MELLO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia Portugueza a El Rey Nosso Senbor D. Afonso VI*. Em cinco relaçoens de sucessos pertencentes a este reino. Lisboa: na Officina de Henrique Valente de Oliveira, impressor delRey Nosso Senhor, 1660.

REGO, A. da Silva (ed.). *Documentação ultramarina portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria que ouve o capitão-mor da capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda, que são vinte naos de guerra, & vinte & sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de sua Magestade, trazendo nellas para o effeito dous mil homens de guerra escolhidos afora a gente do mar. Composta pello reverendo padre Frey Paulo do Rosario commissario Provincial da Provincia do Brasil da ordem do Patriarcha Sam Bento, como pessoa que a todo se achou presente*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, com licenças, 1632.

TAMAIO DE VARGAS, Thomas. *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe IV el grande Rei Catholico de las Españas i Indias*. Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeiras. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1967].

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Tradução de Ângela B. Xavier e Pedro Cardim. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; PASTORE, G. Grassia. 1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. *TOPOI*, Rio de Janeiro v. 6, n. 11, jul-dez 2005, p. 263-264.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XV e XVIII*. Tradução de Mary del Priori. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998 [1992].

CHARTIER, R. *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

CHARTIER, R. (coord). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Trad. Ida Boavida Lisboa: DIFEL, 1998 [1987].

CLEMENTINO, Kleber. A Guerra Holandesa nas relações de sucessos seiscentistas. *TOPOI*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 41, mai-ago 2019, p. 490-514.

CLEMENTINO, Kleber. Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. *CLIO: Revista de pesquisa histórica*, Recife, n. 36, p. 128-152, jul-dez, 2018.

CLEMENTINO, Kleber. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras 2010.

DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. *Talia Dixit*, Cárceres (Extremadura, Espanha), n. 6, 2011, p. 121-137.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. Trad. Maria C. Frias. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ELLIOTT, John H. *El conde-duque de Olivares: el político em uma época de decadência*. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 2010.

FEBVRE, Lucien e JEAN-MARTIN, Henri. *O aparecimento do livro*. Trad. Fúlvia Moretto. São Paulo: Edusp, 2015 [1958].

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, vol. III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969].

GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2011.

GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Trad. C. P. B. Mourão e C. F. Santiago. São Paulo: Edusp, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Maria Helena Martins et al. São Paulo: Autêntica, 2014.

KAGAN, R. *Los cronistas y la Corona: la política de la historia en España en las Edades Media y Moderna*. Trad. de Pablo Sánchez León. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.

LANCIANI, Giulia. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Ed Caminho, 1997.

LEITE, J. Miranda. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MARTINS, Maria Teresa E. Payan. *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MEGIANI, Ana P. Torres. Escritos breves para circular: relações, notícias, e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, mai/ago 2019, p. 535-563.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo, Ed. 34, 2007.

MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 127.

RAU, Virgínia & NUNES, Eduardo Borges (ed.). *Inventário post mortem d'El Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. De Alain François et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca Brasiliana: catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos. Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

SARAIVA, José Antônio & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Livraria Martins Fontes, s/d [1955].

SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640). *The American Historical Review*, vol. 96, n. 3, jun. 1991.

SINKEVISQUE, Eduardo. Com furores de Marte e com astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jul-dez de 2006.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

TREVOR-ROPER, Hugh. *A crise do século XVII: religião, a Reforma e mudança social*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

Artigo apresentado em 4/4/2020. Aprovado em 13/5/2020.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License